



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0848/11	DATA: 21/06/2011
INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 18h56min	DURAÇÃO: 03h50min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h50min	PÁGINAS: 84	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LAUDEMIR MULLER – Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.  
WILSON VAZ DE ARAÚJO – Coordenador-Geral de Análises Econômicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.  
IVES CÉZAR FÜLBER – Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil.  
MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras.  
JÚLIO ZOÉ DE BRITO – Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural.  
CARLOS EDUARDO TAVARES – Superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).  
CRISTINA FERREIRA ALVES LOPES – Gerente-Executiva de Microfinanças e Agricultura Familiar do Banco da Amazônia.  
RENATO CONCHON – Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.  
PAULO DE OLIVEIRA POLEZE – Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.  
LUÍS SÉRGIO FARIAS MACHADO – Superintendente da Área de Agricultura Familiar e Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil.  
do Banco do Brasil.  
ÁLVARO SCHWERZ TOSETTO – Representante do Banco do Brasil.  
MANOEL FARIA DUQUE FILHO – Representante da EMATER do noroeste de Minas Gerais.  
ARGILEU MARTINS DA SILVA – Diretor de Extensão Rural.

SUMÁRIO: Discussão sobre o Plano Safra 2011-2012.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Celso Maldaner) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, convocada para discutir o Plano Safra 2011-2012.

Esta audiência pública foi proposta pelo colega Deputado Zé Silva, do PDT de Minas Gerais.

Foram convidados para participar desta audiência pública os senhores: Laudemir Muller, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Wilson Vaz de Araújo, Coordenador-Geral de Análises Econômicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Carlos Eduardo Tavares, Superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Ives César Fülber, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil; Luis Sérgio Farias Machado, Superintendente da Área de Agricultura Familiar e Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil; Cristina Ferreira Alves Lopes, Gerente-Executiva de Microfinanças e Agricultura Familiar do Banco da Amazônia.

Estão tomando lugar à mesa. O Sr. Carlos Eduardo Tavares, Superintendente da CONAB, vai se sentar aqui à nossa frente, por falta de espaço aqui na mesa.

Foram também convidados: Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras; Júlio Zoé de Brito, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural; Renato Conchon, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Paulo de Oliveira Poleze, Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; e José Paulo Crisóstomo, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar.

Convido todos para tomarem assento na primeira bancada.

Informo aos Parlamentares que os expositores terão o prazo de 15 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar quaisquer dos presentes.



Passo a palavra ao Sr. Ives César Fülber, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, pelo prazo de 15 minutos.

Antes disso, gostaria de chamar aqui o colega Deputado Zé Silva, que requereu esta audiência pública. Gostaria que S.Exa. presidisse os trabalhos, porque eu tenho uma audiência agora.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Celso Maldaner) - Não há problema de nossa parte. Por sugestão, primeiro falarão os representantes dos Ministérios, depois, os dos bancos. Pode ser? Então, está bom.

Passo a palavra o Sr. Laudemir Muller, Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo prazo de 15 minutos.

Passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Zé Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Agradeço ao nobre Deputado Celso Maldaner e a todos os demais a presença aqui. Quero falar da importância deste momento para o Brasil discutir o futuro e fazer com que os recursos cheguem aos agricultores e produtores rurais para produzirem alimentos.

Vamos dar início aos trabalhos, agradecendo a todos os presentes, em nome daqueles que compõem a Mesa.

Com a palavra o Sr. Laudemir Muller, Secretário Nacional da Agricultura Familiar, para a sua exposição.

**O SR. LAUDEMIR MULLER** - Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer o convite feito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e também parabenizar a iniciativa, Deputado, de podermos ter este espaço para fazer uma discussão sobre a agricultura, o Plano Safra, o Brasil, o nosso futuro e o meio rural. Parabéns pela iniciativa.

Quero dizer que para nós é uma grande satisfação estar aqui. Cumprimento, em seu nome, Deputado, os demais Parlamentares e a representação da CONTAG. É muita honra ter a presença aqui do Presidente da OCB, o nosso amigo Márcio Freitas; da representação da CONAB, com o Carlos Tavares; dos demais aqui da Mesa, como o nosso amigo Júlio Zoé, da Associação Brasileira de Assistência Técnica de Extensão Rural (ASBRAER) — é muito importante a presença de vocês aqui —; o Luís Sérgio, grande lutador pela agricultura familiar, principalmente a



agricultura familiar nordestina, com um trabalho muito forte, presente e atuante no querido BNB, o Banco do Nordeste; a nossa amiga Cristina e os demais colegas do Ministério da Agricultura, como o Wilson; e o Banco do Brasil, o grande parceiro da agricultura familiar, da agricultura brasileira.

Falo aqui em nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria da Agricultura Familiar. Quero fazer rápidas considerações em relação ao Plano Safra.

Primeiro, quero dizer a todos vocês que nós temos que colocar a agricultura familiar e o Plano Safra no ambiente do Brasil em que nós vivemos hoje. Nós temos hoje um País muito diferente do País que nós tínhamos um tempo atrás. É um País que cresce com estabilidade e tem o grande desafio de continuar crescendo com estabilidade e distribuindo renda. E, para esse grande desafio, Deputado Zé Silva, nós precisamos ter a agricultura familiar produzindo alimentos, porque não há outro jeito, a não ser termos alimentos — e a agricultura familiar tem uma relação muito forte e direta com alimentos — para alimentar o País, a fim de que possamos crescer com estabilidade, porque não nos interessa inflação, tendo em vista que ela sempre significa a necessidade de aumentar a taxa de juros. E aumento de taxa de juros tem a ver com redução de crescimento, porque derruba a nossa capacidade de crescer.

Então, para o nosso projeto nacional, para o nosso projeto de país, que é crescer de forma continuada e com estabilidade, é necessário aumentar a produção de alimentos e desenvolver o meio rural. E, para isso, nós precisamos ter uma agricultura familiar forte e valorizada.

O nosso Plano Safra vem justamente para isso. Quais são os grandes avanços? O que nós estamos trabalhando para o próximo Plano Safra da Agricultura Familiar, que nós anunciaremos no dia 1º, com a presença da Presidenta Dilma?

O primeiro grande elemento é o aumento da capacidade de investimento da agricultura familiar. E o que nós estamos fazendo? Nós estamos aumentando os limites de crédito para a agricultura familiar e reduzindo a taxa de juros. Isso serve para o agricultor do Nordeste, do semiárido, viu Luís Sérgio. Nós estamos aumentando os limites do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF B, que eram de 2 mil reais por operação. Agora vai para 2.500.



Nós estamos aumentando o limite do PRONAF B de seis para sete e meio. Isso também vale para as nossas cooperativas, viu, prezado Márcio. Nós estamos aumentando os limites, o enquadramento das cooperativas, aumentando o faturamento para o enquadramento e também estamos aumentando não só a cota parte, mas também o limite de financiamento para as nossas cooperativas, chegando a 10 milhões e alguns limites também de 50 milhões. Nós temos muita capacidade, nós estamos aumentando a nossa capacidade de investimento na agricultura familiar e reduzindo a taxa de juros.

Então, num ambiente de aumento de taxa de juros geral da nossa economia, nós estamos reduzindo taxa de juros para a agricultura familiar. Então, todo agricultor familiar que, a partir do próximo Plano Safra, tomar crédito de até 10 mil reais, a taxa de juros vai ser de 1%, inclusive não mais alimentos. Então, o agricultor familiar que quiser modernizar a sua produção, comprar máquinas e equipamentos na linha mais de alimentos, que é de até 130 mil, com até 3 anos de carência e 10 anos de pagamento, também vai ter uma taxa de juros de 1%. Nós estamos abrindo também uma linha de agroecologia até 130 mil reais.

Cabe destacar que nós estamos fazendo uma coisa muito importante, que é dar mais capacidade ao PRONAF Jovem. Para isso, nós vamos precisar muito da atuação do nosso banco, especialmente do Banco do Brasil, porque nós estamos aumentando o limite de crédito para o PROANF Jovem, para a nossa juventude. Estamos abrindo a possibilidade de que todo jovem que tiver acompanhamento técnico — isso é importante, eu sei que para vocês isso é importante, Deputado, e principalmente para a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, ASBRAER — busque um crédito do PRONAF Jovem. Ele vai ter esse crédito para produzir, investir, para ficar no meio rural, aumentar a produção de alimentos, melhorar a sua qualidade de vida e montar o seu negócio, a sua atividade. Nós vamos dar uma requalificada no PRONAF Jovem.

Eu não vou me ater a outros detalhes. Nós temos o PRONAF Agroindústria, que nós estamos ampliando, passando de 30 para 50 mil. Nós temos um ambiente bastante favorável para dar mais capacidade para a agricultura familiar investir e produzir, aumentando o limite de crédito e diminuindo taxa de juros.



Em relação ao grande avanço do nosso Plano Safra, nós estamos requalificando toda a nossa política de segurança para a agricultura familiar. Hoje nós temos três grandes sistemas de seguro para a agricultura familiar. Nós temos o SEAF, que é o Seguro da Agricultura Familiar, vinculado ao crédito. Nós estamos ampliando o limite de renda líquida esperada por agricultor, que era de 3,5, para 4 mil reais por família, por ano. Nós estamos ampliando muito, e isso interessa muito ao Nordeste brasileiro.

Nós estamos aumentando o Programa Garantia Safra para os agricultores familiares da região da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE. Neste ano, nós operamos com 740 mil famílias e 604 mil delas receberam o benefício do Garantia Safra. Nós estamos ampliando o próximo Plano Safra para 940 mil famílias. Esse é um programa que funciona com Governos Estaduais e Municipais. O agricultor adere ao seguro, o Município paga uma parte, o Estado paga outra parte e a União complementa a diferença. Então, nós estamos ampliando, de 740 mil cotas — cada cota é uma família —, para 940 mil cotas, com o intuito de atender famílias do semiárido brasileiro que terão direito ao Garantia Safra.

Nós temos outro programa muito interessante, que nós chamamos de Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, o PGPAF. Nós estamos aumentando também o limite de bônus para o agricultor familiar. Trata-se de um programa que ajuda o agricultor familiar, ele indexa a dívida do agricultor familiar. Então, hoje, quando o agricultor familiar vai tomar um crédito para investimento, ele sabe quantos litros de leite ou quantas sacas de feijão ou sacas de café ele fica devendo no banco. E, no momento de pagar a dívida de novo, isso é convertido em produção. Então, nós temos uma política para essa diferença de preço. Ele recebe um bônus que, na verdade, é um abatimento do pagamento que ele vai fazer do seu crédito. Esse bônus que o agricultor recebia, por ano, de 5 mil reais nós estamos ampliando para 7 mil reais. Então, nós estamos atuando bastante fortemente no tema de dar mais segurança para a agricultura familiar.

O terceiro grande aspecto é o tema da assistência técnica e extensão rural. E aí eu sei que o Zé Silva, o Deputado, tem um interesse muito forte nesse assunto.



Nós estamos trabalhando para que todas as nossas políticas tenham capacidade de ter acompanhamento técnico. Nós estamos focando a nossa política de Assistência Técnica e Extensão Rural — ATER para as nossas políticas. Então, o que nós queremos? Nós queremos que o agricultor, quando vai tomar um crédito, tenha assistência técnica e que nossa assistência técnica não seja apartada das nossas políticas.

Nós estamos trabalhando nisso para ter a qualificação das nossas políticas, porque nós sabemos que o crédito é importante, o seguro é importante, mas eles sozinhos não vão mudar a vida do agricultor. O agricultor precisa ter orientação técnica, precisa ter conhecimento. E quem faz isso é o extensionista, é a ATER — Assistência Técnica e Extensão Rural. Então, nós temos que qualificar as nossas políticas, e quem faz isso é a nossa assistência técnica.

Nós precisamos de ter, e estamos trabalhando para isso, uma assistência até que não seja só para acompanhar o nosso povo a plantar, a produzir, mas para apoiar a agricultura familiar também a se organizar sob o ponto de vista econômico e também poder comercializar a produção.

Então, nós temos que produzir, mas nós temos que vender para a alimentação escolar, nós temos que vender para o Programa de Aquisição de Alimentos — PAA, nós temos que conseguir chegar de um modo melhor ao mercado. Nós estamos trabalhando para ter uma assistência técnica que não seja só de produção, mas que seja também de organização da produção e que melhoremos a capacidade de gestão, seja das nossas cooperativas, seja das nossas associações, seja mesmo da produção individual.

Nós temos um trabalho muito forte, nós temos que ampliar muito ainda a nossa assistência técnica no campo, e nós estamos trabalhando para isso. E esse é um elemento central da nossa política e no nosso Plano Safra.

Quarto bloco, que são os temas centrais do nosso Plano Safra: nós teremos um avanço muito importante para a agricultura familiar, a partir desse próximo Plano Safra, que é a Política de Garantia de Preços Mínimos — PGPM para a agricultura familiar. Todos os senhores sabem que nós temos uma política de garantia de preços mínimos hoje no Brasil, uma política que funciona, uma política importante para a agricultura brasileira, porém, essa política não estava adequada à agricultura



familiar. Assim, por determinação da Presidenta Dilma, o Governo está trabalhando para implementar uma política específica, uma PGPM específica para a agricultura familiar.

Então, Márcio e Poleze, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, nós vamos ter capacidade de operar especificamente instrumentos da PGPM para a agricultura familiar, seja por meio das cooperativas, seja por meio das associações, seja também fazendo compras específicas do agricultor e da agricultora familiar.

Então, nós consideramos que isso vai ser muito importante. Se nós vamos conseguir aumentar a capacidade de investimento, ter segurança com os nossos programas de seguro, o acompanhamento técnico para qualificar toda essa nossa ação junto com as ações de mercado, vamos dizer assim, de melhorar a qualidade da organização, nós vamos ter mais produção e mais renda na agricultura familiar, que é justamente disso que a agricultura familiar precisa, é disso que o País precisa.

O agricultor familiar precisa de mais segurança para produzir, precisa de mais estímulo para produzir e precisa de mais renda. E o País precisa de mais produção e de mais alimentos para continuar crescendo com estabilidade. Então, é essa a equação do nosso Plano Safra.

Sem entrar em todos os detalhes e sem fazer aqui um Power Point, eu quero mostrar por onde que nós estamos trabalhando, por onde que nós estamos fazendo o nosso Plano Safra, qual é a nossa orientação geral, e eu acho que nós estamos dando um passo muito largo no tema da renda para a agricultura familiar.

Então, junto com o PAA, que tem uma determinação da Presidenta de ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos, de ampliar o orçamento para este ano e para os próximos anos, junto com a alimentação escolar, mais as relações que já temos com o mercado e com a comercialização que a agricultura familiar faz, mais a PGPM específica para a agricultura familiar, junto com os outros instrumentos, nós achamos que vamos avançar muito neste início de Governo, com políticas específicas para a nossa agricultura familiar, a fim de dar mais qualidade e mais renda ao nosso povo, à agricultura familiar, mais qualidade de vida ao meio rural brasileiro e mais alimentos para o nosso País continuar crescendo de forma





acelerada, com estabilidade, com distribuição de renda, superando e erradicando a pobreza extrema.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Cumprimento o Secretário Laudemir Muller e agradeço a ele por ter sido pontual no tempo.

Agradeço a toda a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Está presente o Diretor de Extensão Rural, nosso glorioso Argileu Martins.

Dando continuidade as nossos trabalhos, passamos a palavra ao Dr. Wilson Vaz de Araújo, Coordenador-Geral de Análises Econômicas do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem 15 minutos para nos dar informações sobre o Plano Agrícola e Pecuário 2011 e 2012,

**O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO** - Boa tarde a todos!

Deputado Zé Silva, demais Deputados presentes, colegas da Mesa, quero reafirmar que é sempre um prazer estar nesta Casa democrática para debater um pouco daquilo pelo que temos trabalhado em prol da agricultura brasileira.

Pretendemos mostrar aqui exatamente o que foi anunciado no dia 17, em Ribeirão Preto, quando a Presidenta Dilma, o nosso Ministro Wagner Rossi e outras algumas autoridades anunciaram o Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012.

Fiz uma apresentação em Power Point que é exatamente a que expusemos na antevéspera, dia 16, em Ribeirão Preto. Nela está pelo menos as partes mais substanciais do que compõe as medidas que vão nortear o Plano Safra nos próximos 12 meses.

No momento, estamos numa conjuntura de elevação da taxa de juros SELIC, que deve se estender por mais um período, possivelmente. Para nós conseguirmos manter a taxa de juros do crédito rural ou dos programas de investimentos que temos nos níveis em que estavam até o ano passado, e para que todas as taxas fixas do crédito rural continuem fixas, no mesmo patamar, em alguns casos um pouco abaixo, sobretudo na agricultura familiar, como mencionou o meu colega Laudemir... Não há mais dúvidas sobre isso. Já é ponto consolidado no âmbito do Governo Federal.



Devemos ter pelo menos uns 12 anos com essa taxa fixa de juros. No princípio com taxas ligeiramente mais elevadas, por causa da conjuntura, e hoje nesse patamar, no máximo, de 6,75% ao ano.

Fiz um conjunto de lâminas, para ficar mais didático, com informações que nortearam a elaboração desse Plano Safra.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO** - Tivemos como referência, para propor as medidas que aí estão, um baixo estoque mundial de alimentos, sobretudo a partir de 2008, com a crise financeira mundial, o aumento de renda e aumento da demanda de alimentos. Tendência de elevação gradual da SELIC — este é o momento em que estamos agora. Começou a uns 3 períodos atrás e ainda estamos numa fase de elevação. Elevada estabilidade da taxa de câmbio, oscilando em torno de 1,6 reais por dólar. Preços agrícolas em níveis historicamente elevados. À exceção, vamos dizer, do arroz, todos os produtos, no momento, e há perspectivas futuras de isso continuar, estão num momento bastante bom. Crescente cobrança da sociedade com relação à sustentabilidade da atividade agropecuária. E não é apenas a cobrança. Quem acompanha as políticas com que trabalhamos no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA vai ver que desde, 2003/2004, os programas que se tem estimulado via financiamento, pelo menos financiamento rural, nenhum deles são indutores de desmatamento. Muito pelo contrário. Todos os programas que temos, desde essa época, são poupadores de área e têm grande produtividade.

Aumento do depósito a vista e da poupança rural, que são as nossas duas principais fontes de financiamento. Melhoria nas restrições creditícias. O crédito rural, neste momento, passa por uma revisão do ponto de vista de normativos, simplificação, conduzido pelo Ministério da Fazenda, mas com a participação do setor financeiro e dos Ministério setoriais.

Gargalos relacionados à infraestrutura, basicamente no Centro-Oeste. Essa é uma questão com que convivemos há algum tempo, e não sabemos quando vamos superá-la definitivamente, apesar de todo o investimento que se está fazendo no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.



Produtor motivado em expandir a área cultivada. Essa é a regra geral com que estamos trabalhando.

Principais objetivos do Plano. Tivemos, no último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, uma previsão de safra que alcança 171, 5 milhões de toneladas. E nós temos ambiente para trabalhar com a perspectiva de crescimento de 4% a 5%, podendo chegar a 170 milhões de toneladas, se as condições climáticas ajudarem.

Esta aqui é uma das prioridades desse Plano Safra, como ocorreu no ano passado, que é estimular o desenvolvimento sustentável e a agricultura de baixo carbono. Mas à frente detalharei isso um pouco mais o Programa ABC, que é o principal carro-chefe nessa direção.

Incentivar a recuperação de pastagens e a produtividade da pecuária. Historicamente a pecuária foi um segmento que ficou meio que à margem do crédito rural em relação ao segmento agrícola. Então, esse plano veio no sentido também de dar uma certa prioridade à questão de melhoramentos de rebanhos, melhoria da produtividade de pastagens, manejo. Enfim, há uma série de práticas contempladas nesse plano, voltadas sobretudo à pecuária bovina.

Estimular a renovação e a ampliação da área de cana-de-açúcar. O principal motivador é o peso que tem o metanol, da mesma forma que tem a carne nos índices de inflação. E o comportamento recente deles também levou o Governo a adotar medidas que estimulem a oferta desses produtos.

Principais objetivos: garantir o apoio à comercialização para citricultores, que também, do ponto de vista de comercialização, sempre tiveram um apoio tímido, mas a partir de agora passa a ter um apoio um pouco mais forte esse setor da citricultura, sobretudo a laranja.

Volume adequado de recursos do sistema nacional de crédito rural. Nas duas lâminas seguintes há uns gráficos que mostram o quanto nós evoluímos em termos de disponibilidade de recurso para o financiamento da agricultura. E manter aperfeiçoados os programas específicos de investimento, que vêm também numa crescente, desde que houve estabilidade monetária, com inflação na casa de um dígito. A partir daí tivemos ambientes para trabalhar com os programas de investimento de médio e longo prazos.



Isto mostra o que tem ocorrido nesses últimos 11 anos em relação ao que nós programamos de recursos e o que efetivamente é emprestado. Saímos, na safra 1999/2000, portanto 11 safras atrás, com alocação de recursos para financiar a safra pelo crédito rural de 8 bilhões e 500 milhões, e chegamos, na safra que está findando agora dia 30 de junho, a 100 bilhões de reais, dos quais, eu diria, 80% a 83% a taxas de juros controladas. A execução disso aparece nessa linha, que está muito próxima do que temos programado, sendo que, no ano passado, programamos 100 bilhões, e foram aplicados 84,8 bilhões.

De acordo com a lâmina seguinte, se pegarmos o período acumulado de julho de 2009 a julho de 2010, veremos que foram aplicados 72 bilhões. Neste ano, já aplicamos, no mesmo período, 84 bilhões de reais. Entendemos que, quando fecharmos 30 de junho, teremos executado, dos 100 bilhões, no mínimo, 95 bilhões de reais, portanto, 95% do que pegamos de recursos. Isso nos deu garantia para trabalharmos, propormos à área econômica do Governo. Nós propusemos um pouco mais, mas na negociação caiu para 107, 2 bilhões de reais. De qualquer maneira há um ganho de 7,2% em relação ao volume autorizado no ano passado. Aqui, para financiar custeio, comercialização, investimento. Enfim, tudo isso aí, o crescimento de 7,2, se tirarmos a inflação, ainda teremos um crescimento real no volume de recursos destinados à agricultura.

Custeio. São 80 bilhões para custeio, dos quais 64 a juros controlados.

Investimento. Tudo a juro controlado, 20, 5 bilhões.

Linhas especiais, onde está o PSI, 6,5 bilhões, também taxa controlada.

Se somarmos a agricultura familiar... Não vi os números que vão sair, mas não devem ser muito diferente dos 16 bilhões que foram gastos nesta safra, mas podemos seguramente afirmar que estamos monitorando e acompanhando esses números, e 93% dos recursos que são destinados ao financiamento rural são a taxas controladas. Então, é um segmento que recebe um tratamento privilegiado em relação aos demais segmentos, o que persiste.

Principais mudanças. Unificação dos limites de orçamento de custeio em 650 mil reais por beneficiário. Até esta safra de agora, esse limite variava de 200 mil até 650 mil reais. Nesse grupo estavam apenas algodão, milho, fruticultura e culturas irrigadas. Todos os demais produtos estavam abaixo desse limite. Agora, todos os



produtos, inclusive a atividade pecuária, podem chegar a 650 mil reais. Aqueles que exploram em regime de parceria e integração, avicultura, suinocultura ou outras reintegrações, há um limite de 70 mil reais. Esse limite, até a safra passada, era de 45 mil reais para aves e 65 mil para suínos. Então, é um avanço.

Com relação a investimentos com recursos controlados também, aumentou de 200 mil para 300 mil reais por beneficiário/ano. E mais o ABC. O estímulo à produção pecuária para aquisição de matriz e reprodutores bovinos e bubalinos. Então, cada produtor pode tirar anualmente 750 mil reais para financiar aquisição de matriz e reprodutores. Os custos de crédito rural são de 165, prazo de 5 anos, 8 de carência.

A cana-de-açúcar também tem as mesmas bases. Isso aqui é para renovação e expansão de canaviais. O limite é de 1 milhão de reais por tomador/ano. É um programa para 5 anos. No quinto ano fazemos uma revisão se ele continua ou não, dependendo da conjuntura em que tiver esse mercado de derivados de cana-de-açúcar. Enfim, essas duas medidas, a anterior e esta, são um grande avanço.

Crédito para investimento, só onde fizemos as mudanças. Nas linhas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, com encargos financeiros equalizados pelo Tesouro Nacional e operados pelo sistema financeiro de um modo geral, cujos principais agentes são o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e os bancos particulares.

Este é o programa lançado no ano passado. Neste ano ele vem fortalecido com a incorporação do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas — PROPFLORA, e o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável — PRODUSA. Passam a ser incorporados pelo ABC, com a vantagem de que a taxa de que a taxa de juros passa a ser 5,5%, que era a mesma do ABC. A taxa anterior no PROPFLORA e no PRODUSA era de 6,75% ao ano. Então tivemos um ganho aqui também. Todo nosso esforço, a partir deste momento, é para a rápida regulamentação disso. E devemos também trabalhar localmente, para que de fato essas práticas sejam adotadas pelos produtores rurais e eles se convençam de que terão ganho não só ambiental, mas sobretudo econômico, por conta da utilização dessas práticas. É nesse sentido que vamos nos esforçar nos próximos meses.



A média agricultura é outro ponto de forte apoio do Governo. Isso começou já há algum tempo e no ano passado teve um incremento muito forte e este ano um incremento ainda maior. A renda bruta anual para enquadramento nesse programa passa de 500 mil para 700 mil reais. O limite de financiamento de custeio passa de 275 mil para 400 mil reais e o de investimento passa de 200 para 300 mil reais. A taxa de juros do crédito rural é ligeiramente abaixo do normal, 0,5%, e a taxa de enquadramento do PROAGRO deve passar também de 150 mil para 250 mil reais. O limite de crédito tem cobertura do PROAGRO. O grande destaque aqui é que se está trazendo um grupo expressivo de produtores que até então se financiava a taxa de juros de 6,75% ou mais, e passaram a se financiar a taxa de juros de 6,25% ao ano. É uma medida que revela a prioridade da média agricultura.

O Programa de Modernização da Agricultura, do agronegócio, alcança várias cadeias produtivas, como a avicultura, a suinocultura, a fruticultura. Os mais diversos tipos de investimento podem ser financiados aqui e a dotação desse programa é de 850 milhões. O limite individual passa de 300 mil para 600 mil, o limite coletivo pode ir até 1,2 milhão de reais e o prazo de pagamento passa de 8 anos para até 10 anos, incluindo 3 anos de carência.

Esse é o ambiente e a avaliação da economia brasileira. Ontem mesmo foi divulgada uma melhora na avaliação da nossa economia, do ponto de vista dessas agências que avaliam riscos das economias. Tudo isso induz o produtor a trabalhar também com programações de médio e longo prazo. Além disso, esse programa passa a financiar também a correção do solo.

O Programa de Incentivo a Irrigação e à Armazenagem — MODERINFRA financia armazéns, estrutura de armazenagem e agricultura irrigada. O diferencial nesta safra é que o programa passa a financiar também galpões para máquinas e equipamentos e guarda de insumos, o que até então não financiava. O programa prevê a estrutura de armazenamento de grãos e cereais de modo geral, agricultura irrigada e mais isso aí e tem disponibilidade de recursos de 1 bilhão, sendo que cada produtor pode financiar 1,3 milhão de reais.

Todos esses programas têm limites por ano, ou seja, tirando este ano, no próximo ano o produtor pode financiar novamente, se a atividade dele permitir e, principalmente, a capacidade de pagamento.



Em relação às cooperativas, basicamente mantiveram-se as condições que vigoraram até agora, com aumento do limite para cooperativas de 50 para 60 milhões.

Este é outro programa voltado para cooperativas e prevê a capitalização das cooperativas agropecuárias, financiando cotas-partes, capital de giro — há uma ligeira mudança no capital de giro, que reduz o limite de 50 para 25 milhões; e o prazo, antes de 6 anos, passa a ser de 2 anos, na medida que estamos falando de capital de giro, ou seja, de curto prazo. A partir deste ano, o programa permite financiar federações e confederações de cooperativas que atuem na fabricação e industrialização de insumos.

No apoio à comercialização, basicamente estamos trabalhando com o orçamento que foi aprovado no ano passado, de 5,3 bilhões. Os principais instrumentos que utilizamos para apoiar a comercialização são: os preços mínimos históricos, e, para produtos como milho, soja, algodão, entendemos que o próprio mercado está motivando os produtores a investir, a continuar plantando e até expandindo esses plantios; a manutenção de preço mínimo da maior parte dos produtos, sendo que há um destaque na elevação de preços do leite, da mandioca, de alguns produtos regionais — vários, na verdade — e dos produtos da biodiversidade, com os quais começou-se a trabalhar 2 ou 3 anos atrás e este ano amplia para mais um grupo de produtos de caráter bem regional; mecanismos de apoio governamental, tais como Aquisição do Governo Federal — AGF, contrato de opção de venda, Prêmio para Escoamento de Produto — PEP, enfim, as diversas formas de viabilizar a comercialização com a participação do Governo intervindo nas margens, nos prazos, na taxa de juros. O limite por beneficiário passa de 650 mil para 1,3 milhão e o limite para a agroindústria passa para 40 milhões de reais.

Os mecanismos privados de financiamento foram desenvolvidos com o objetivo de captar recursos no mercado de capitais ou de poupadores privados de um modo geral, seja interno, seja externo, e trazer esse pessoal para financiar o agronegócio brasileiro. Para isso, em 2004 esses mecanismos foram criados por lei e hoje esses títulos movimentam mais de 320 bilhões, sobretudo as Letras de Crédito do Agronegócio. O estoque gira em torno de 16 ou 17 bilhões, permanentemente, e vem apresentando uma crescente.



Em relação ao Seguro Rural, esta Casa, os Srs. Parlamentares sabem muito bem o drama que temos vivido em relação aos recursos para assegurar a subvenção ao prêmio. É um instrumento pelo qual grande parte dos Parlamentares que aqui estão são responsáveis, e eu acho que realmente temos que fazer com que as variáveis das quais ele depende não deixem de acontecer. São exemplos a garantia de recursos para suspensão ao prêmio e o Fundo de Catástrofe, que está aí para ser regulamentado. Enfim, eu acho que esse é o instrumento que vai evitar que não tenhamos mais renegociação de dívida de forma generalizada, e acho que todos temos que nos esforçar para que isso de fato se incremente a cada ano. Ele tem base no zoneamento agrícola, no PROAGRO e no próprio seguro. Ele evoluiu. De 2007 para cá foram atendidas 44 culturas e hoje 24 Estados são alcançados. A subvenção varia de 40% a 70% do prêmio, no limite de 132 mil reais de subvenção por beneficiário, sendo 96 mil reais no caso de produtos agrícolas e 32 mil reais no caso de produtos pecuários, florestais. De 2005 para cá, foram gastos com subvenção 710 milhões, alcançamos 184 mil produtores, num total de 255 mil apólices.

Esta é uma tabela do desempenho dele nesse período. Esta apresentação está disponível, é pública, é para ser usada.

Era isso o que tínhamos a dizer. Cabe-nos fazer com que a nossa realização, a dos produtores e daqueles que estão envolvidos de fato aconteça. É nisso que vamos trabalhar daqui para frente, Deputado.

Peço permissão para ausentar-me um pouco antes, pois estou com viagem marcada para as 19 horas, mas os colegas de equipe, João Cláudio e Bruno, permanecerão e poderão contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Quero agradecer, na pessoa do Dr. Wilson, a presença a toda a equipe do Ministério da Agricultura; à comitiva que veio de Unaí, Minas Gerais; ao Manoel Duque, gerente regional da EMATER; a Maria Angela, extensionista; ao Secretário da Agricultura de Unaí; ao Valdeci, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores; a Cíntia, representante da EMBRAPA e chefe da Assessoria Parlamentar; a Petula Ponciano, Coordenadora de Articulação e Transferência de Tecnologia; bem como aos Parlamentares que estão chegando para este debate tão importante do Plano Safra e do Plano Agrícola e Pecuário.





A seguir, convido o Sr. Ives Cezar, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, para falar sobre as linhas de crédito do Banco do Brasil para essa nova safra. Já sei que ele também tem ligação com o meio rural, então, cada vez mais, a agricultura vai tomando um caminho melhor. Agradeço a toda a equipe do Banco do Brasil a presença, Álvaro, a você e a todos que estão presentes, parceiros da agricultura brasileira.

**O SR. IVES CEZAR FULBER** - Boa tarde a todos, Senhoras e Senhores. Agradeço ao Deputado Zé Silva o convite, em nome de quem cumprimento os demais Parlamentares presentes e a todos da imprensa.

No Banco do Brasil, temos um grande orgulho de sermos o principal parceiro do agronegócio brasileiro. Essa parceria é longa. Tenho 29 anos de Banco do Brasil, comecei no interior do Rio Grande do Sul, trabalhei praticamente no Brasil inteiro, no Pará e em vários Estados, em diferentes culturas. Vamos conhecendo o Brasil e vendo diferentes culturas — da soja, do arroz, da pimenta-do-reino e de várias outras pelo Brasil afora.

Para citar alguns números do Banco do Brasil, inicialmente, para mostrar como traduzimos essa parceria em números, do Plano de Safra da Agricultura Familiar, o Banco do Brasil realiza hoje aproximadamente 75% — Laudemir não vai me deixar mentir. Ou seja, 75% de toda a agricultura familiar realizada no Brasil são feitos pelo Banco do Brasil, são números expressivos.

O Banco do Brasil tem aproximadamente 350 bilhões de carteira de crédito, sendo que 77 bilhões são para os financiamentos do agronegócio. Então, são números bastante expressivos.

O que estamos trabalhando hoje no Banco? Nosso grande objetivo, nossa grande responsabilidade é colocar em prática essas medidas que foram anunciadas pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Fazenda. Aproveito a oportunidade para parabenizar os três Ministérios, porque tivemos grandes avanços. As equipes do Banco trabalharam em conjunto também, subsidiaram com informações, mas houve grandes avanços este ano no que diz respeito aos valores, à simplificação da contratação.

Neste momento, estamos com equipes no Brasil inteiro mobilizadas, treinamos 1.600 multiplicadores, que estão fazendo o papel de multiplicação com os



nossos colegas em toda a rede. No dia 1º de julho, início da contratação, as agências do Banco estarão prontas, em termos de sistemas, de recursos, de pessoas treinadas, e o Plano de Safra começará para valer no Banco do Brasil no dia 1º de julho. Esse é um compromisso que trago, em nome do Presidente do Banco, Aldemir Bendine, e do Vice-Presidente de Agronegócios, Osmar Dias.

Inclusive haverá eventos de mobilização nas 50 principais superintendências regionais do Banco do Brasil, no dia 1º. Já assinamos contratos, estamos com vários contratos preparados da agricultura de baixa emissão de carbono, de pecuária, de recuperação de pecuária. Temos vários contratos que iniciaremos já no dia 1º, além do lançamento da agricultura familiar, em Francisco Beltrão, também no dia 1º.

Na sequência, durante todo o mês de julho, faremos o que chamamos no Banco de caravana de agronegócio pelas principais cidades do agronegócio, que concentram essa principal carteira do Banco, onde haverá reuniões com os gerentes, o pessoal do atendimento, os principais produtores, faremos reuniões também à noite, nas Associações Atléticas Banco do Brasil, jantares, expondo e colocando o Banco à disposição. Ou seja, posso garantir aos senhores que o Banco do Brasil entrará para valer em campo no dia 1º de julho com essas inovações.

Entre as principais, podemos apresentar a especialização do atendimento ao produtor rural. O foco do Banco é um resgate do papel que ele tem de grande parceiro do produtor rural.

É importante lembrar que tivemos uma crise, em 2008 — e nessa época eu era superintendente do Banco —, e vários desses outros competidores, que respeitamos muito, simplesmente desapareceram durante a crise, e o Banco do Brasil não, estava lá e aumentou significativamente sua participação em 2008 e 2009, colocando mais recursos e permitindo que essas medidas anticíclicas tivessem um efeito forte.

Para este ano, estamos especializando ainda mais o atendimento ao produtor rural. Nós estamos criando carteiras de clientes, dentro das agências, que só atendem o produtor rural. O gerente de atendimento vai ser um gerente de atendimento especializado, conhecedor profundo de todos os mecanismos, de todas as linhas de crédito, de todas as ferramentas que ele pode colocar à disposição.



Estamos indo mais longe. Estamos, nesses principais pontos do agronegócio, especializando agências inteiras, que estarão completamente voltadas ao atendimento do produtor rural.

Adotamos algumas medidas recentes, entre elas algumas relativas, por exemplo, àqueles produtores que haviam prorrogado, em 2007, 2008 e 2009, e que não estavam acessando as linhas de investimento. O Banco reativou todos os limites de crédito desses mais de 40 mil produtores que não estavam aptos a receber linhas de crédito para investimento, e que, agora, já estão habilitados a receber essas linhas.

Adotamos o que chamamos de teto pré-avaliado. Fizemos uma análise da capacidade de investimento do produtor rural. Conhecemos os produtores com base no estoque, porque temos uma caminhada muito longa juntos, e para esses produtores já disponibilizamos um limite pré-avaliado na conta para pegar investimentos. Só esses limites pré-avaliados somam 3,3 bilhões de reais, também para mais de 40 mil produtores. Ou seja, não há a necessidade de eles refazerem o cálculo de capacidade de pagamento nem de recalcular o limite. O Banco já sabe que eles têm esse limite disponível.

Também para este ano está prevista ênfase muito especial na assistência técnica. O Banco acredita fortemente, sobretudo em se tratando de agricultura familiar, que o sucesso do empreendimento está atrelado à assistência técnica. Somos fortes parceiros de ambos os Ministérios, principalmente do Ministério de Desenvolvimento Agrário, no que diz respeito à agricultura técnica.

Estamos trabalhando na questão do seguro, não só do seguro de produção, mas também do seguro de faturamento. Devemos lançar, já no dia primeiro, um primeiro piloto, ainda voltado para a soja, mas já com a garantia de seguro de faturamento, que é algo em que nós vamos trabalhar para crescer bastante.

Resumindo, uma vez que já foram bem explanadas pelo Ministério da Agricultura e pelo MDA as principais modificações — e não vou repeti-las —, vim afirmar a V.Exas. que o Banco do Brasil sempre foi, historicamente, e é, há já 202 anos, o principal parceiro do agronegócio brasileiro.

Olhando a curva de produção e de produtividade no Brasil, vemos os números mencionados pelo Wilson: estamos chegando a 161 milhões de toneladas,



enquanto a área plantada subiu muito menos do que isso, ou seja, continuamos com praticamente a mesma área plantada, salvo por acréscimo muito pequeno. Portanto, tivemos um ganho de produtividade muito grande, o que se deve à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER e à assistência técnica.

Mas note-se que também o crédito teve um papel importante nesse aspecto. Eu conheço bem essa história porque sou filho de um pequeno agricultor que saiu do Rio Grande do Sul para produzir no Mato Grosso. Sei a importância do papel que o Banco do Brasil desempenha em toda a Região Centro-Oeste, agora na Região Nordeste, sobretudo no Maranhão, em Tocantins e no Piauí. O Banco tem chegado na frente dos outros bancos e prestado assistência.

Portanto, venho aqui renovar o compromisso do Banco do Brasil em ser cada vez mais o principal parceiro do agronegócio brasileiro.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Agradecemos ao Diretor de Agronegócios e a toda a equipe do Banco do Brasil.

Agradecemos também aos membros da Academia Brasileira de Extensão na pessoa do Marcão e do Urben, aqui presentes.

Convido o Sr. Márcio Lopes de Freitas, uma das lideranças do cooperativismo brasileiro, para também falar sobre o novo plano de safra para 2011-2012.

O senhor dispõe de 15 minutos.

**O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS** - Sr. Presidente, Deputado Zé Silva, quero, antes de tudo, cumprimentá-lo por abrir a possibilidade de tratarmos, nesta audiência, da importante política pública que é Plano Agrícola e Pecuário Brasileiro — e não haveria melhor lugar do que este, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, para debatermos este assunto.

Talvez, no ano que vem, possamos debatê-lo antes de ele sair. Assim, em havendo alguma coisa para corrigir, quem sabe poderemos sugerir ao Governo a correção.

Cumprimento todos os Parlamentares, bem como os companheiros presentes.



A todos saúdo na pessoa do Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, Deputado Zonta.

Quero cumprimentar os companheiros membros da Mesa: o Wilson Vaz, do Ministério da Agricultura; o Ives César, do Banco do Brasil, muito bem-vindo nessa nova diretoria, junto com o Osmar e o Laudemir. Quero dizer também que no MDA, que ainda não lançou o Plano, a discussão com os setores envolvidos foi muito ampla nos últimos meses. Reclamando um pouquinho, Wilson, neste ano, no MDA, foi muito mais intensa a discussão do Plano de Safra com a agricultura familiar do que com o próprio Ministério da Agricultura. A coisa ficou um pouco mais fechada este ano. Não estou reclamando, ainda, do Plano.

Cumprimento a Dra. Cristina, o Dr. Luís Sérgio, o companheiro Júlio e o pessoal da CONTAG e o da CNA.

Não vou aqui ficar repetindo questões. Eu gostaria de apresentar alguns pontos para chamar um pouco a atenção dos Parlamentares para refletirmos um pouco melhor sobre elas.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Falamos de um Plano de Safra com um volume de 107 bilhões, que, somados a mais 16 bilhões ou 17 bilhões da agricultura familiar, vai chegar a alguma coisa parecida com 120 bilhões de reais. Esse é um número que causa impacto na mídia. Mas o agronegócio é um negócio de 821 bilhões de reais. Então, o volume total de recursos que estamos financiando é muito pequeno em relação ao tamanho do agronegócio brasileiro. Temos que considerar esses números, porque, às vezes, a mídia centra seu foco só num aspecto: *“Nossa! São 120 bilhões, 130 bilhões de reais no todo. Isso é muito recurso!”* Não. O agronegócio brasileiro é um negócio de 821 bilhões de reais. Se ele envolve 821 bilhões de reais, tem que ter um tratamento diferenciado.

Enquanto as exportações totais brasileiras foram de 201 bilhões de dólares, as exportações do agronegócio foram de 76 bilhões. O saldo positivo das exportações brasileiras foi de 20 bilhões, com decréscimo em relação ao ano passado de 20%, e o saldo da balança do agronegócio foi, sozinho, de 63 bilhões de dólares. Portanto, não fosse o agronegócio brasileiro, a balança comercial brasileira teria seguramente ido para o bebeléu no ano passado.



Mesmo com o crescimento das importações, temos hoje garantida, através do agronegócio, uma balança comercial positiva. Estou dizendo isso para mostrar o negócio de que estamos tratando e o volume de políticas públicas para as áreas ligadas à agricultura e à pecuária brasileiras.

Nesse negócio da agricultura e da pecuária brasileiras, o setor que represento tem 1.548 cooperativas. A OCB representa cooperativas de todos os setores econômicos, mas, ligadas à agricultura propriamente, são 1.548 cooperativas, com 943 mil agricultores ou famílias de agricultores cooperados, que geram hoje em torno de 146 mil empregos diretos.

Essas cooperativas — muitas vezes ouvimos falar por aí — participam de uma fatia muito importante desse agronegócio. Hoje, dificilmente se faz agricultura — a agricultura brasileira — sem a presença do cooperativismo. Para os senhores terem uma ideia, em números de volume de safras — eu discuti isso com o Deputado Heinze agora há pouco —, 73,7% do trigo brasileiro passou por uma cooperativa. Muitas vezes, acha-se que soja é um negócio de grande produtor, que tem independência. No entanto, 56% da soja brasileira passou por uma cooperativa, assim como 45% do café, 43% do algodão, 42% do milho, 35% do arroz, 17% do feijão. Na média do volume da safra de grãos, 47% da produção da agricultura brasileira, segundo os números do próprio IBGE, em 2006, passa por uma cooperativa.

Então, as cooperativas são aliadas, são parceiras importantes no processo da discussão de uma política pública.

Quero lembrar aqui um aspecto, companheiro Ives, do Banco do Brasil — isso não é um desafio. O Banco do Brasil realmente tem sido o grande agente do crédito rural brasileiro. Os Bancos do Nordeste e da Amazônia têm feito um esforço e avançado nesse sentido. Mas quero destacar as cooperativas de crédito.

No mesmo passo em que o Banco do Brasil avança — isso é reconhecido isso no momento da crise —, também se notou o avanço das cooperativas de crédito. E as cooperativas de crédito, hoje, no Brasil, são expressivas. E estou falando de todos os sistemas — SICCOOB, SICREDI, sistemas da agricultura familiar. Nós emprestamos, no ano passado, 13% do volume total de custeio aplicado. O Banco do Brasil tem 202 anos de trabalho. Então, para nós, que temos pouco mais



de dez, 13% já é uma fatia interessante. Emprestamos 5,8 bilhões de reais, no ano passado, só na área de custeio — 7% do crédito de investimento e 4% do crédito de comercialização. Mais do que isso: apesar desses 13% em termos de recursos, foi 19% o número de apólices, de contratos. Ou seja, atingimos justamente o agricultor que está mais na ponta. E aí cabe não o desafio, não uma concorrência dos bancos públicos, mas uma maior aliança estratégica. E talvez possamos prever isso nos próximos Planos Safras, de ter uma aliança estratégica mais intensa entre as cooperativas, que estão mais próximas da base da agricultura, e os bancos públicos, que têm condições de estruturar a política de fluidez desses recursos.

Mas vamos falar o português claro. O Laudemir e o Wilson falaram aqui da posição e eu fiz um levantamento. Pedi para o pessoal desinflacionar o volume de recursos disponibilizados para a agricultura desde a safra 2003 até safra 2010/2011. E constatamos que houve um avanço considerável. Tivemos um avanço de 146%, desinflacionado. E a agricultura familiar ficou na frente. Houve maior disponibilidade recursos, na hora em que se desinflaciona o total liberado, para a agricultura familiar do que para a agricultura chamada comercial ou empresarial. Então, tivemos 146% de aumento real de disponibilidade de recursos, durante o Governo Lula e agora no Governo Dilma, numa área que cresceu — o Ives comentou isso — 3,8% somente, a produção cresceu 35% e a produtividade, 30%.

Esse é o primeiro ponto que temos de ressaltar sobre o Plano Agrícola deste ano. Temos de considerar que o Plano é positivo, tem crescimento real e a agricultura brasileira tem de reconhecer o esforço do Governo, nos últimos anos, de recompor uma posição de crédito para a agricultura brasileira.

Segundo ponto — já foi comentado aqui, e temos que reforçar num cenário de taxas de juros crescentes no mundo inteiro e no Brasil. Aí estão as últimas decisões do COPOM, aumentando a taxa de juro. Trata-se da manutenção da taxa de juros em 6,75. No caso da agricultura familiar, ainda não é oficial, mas será a partir do dia primeiro, há reduções mais significativas, e, na agricultura convencional, com programas que reduzem a taxa de juro. Isso eu considero o principal ponto positivo desse Plano Agrícola e Pecuário. Manter e até reduzir taxa de juro num ambiente crescente de taxa de juros temos de considerar como extremamente positivo.



As outras questões já foram colocadas pelo Wilson e pelo Laudemir, mas vale destacar a atenção que está sendo dada principalmente a alguns setores que estavam um pouco de fora, principalmente o setor da pecuária. A pecuária, já fazia algumas décadas, não tinha um crédito direto de financiamento. Se bem analisarmos, veremos que a pecuária brasileira não evoluiu no mesmo grau e na mesma velocidade da agricultura nos últimos anos. Acho que linhas de crédito mais específicas para a pecuária são fundamentais para que ela possa atingir melhores índices. Temos a maior pecuária bovina do mundo. Mas não basta ter o maior; temos de ter a melhor também. E dá para investirmos. O Plano vem atender a essa necessidade. Vem atender também às necessidades do setor de bioenergia, principalmente de cana, com linhas de investimento para o plantio de cana, que é complexo. A cana — e os engenheiros agrônomos sabem disso — não é uma cultura fácil, não é uma cultura barata. E ter a possibilidade de financiar seu cultivo é interessante.

De maneira geral, considero que o Plano tem esses pontos positivos.

Especificamente para o cooperativismo, tenho de destacar dois pontos que deixaram alguns aspectos ainda por melhor definição.

Temos dois programas específicos para cooperativas: o PRODECOOP e o PROCAP-AGRO. O PRODECOOP é um programa de investimento em infraestrutura, é um investimento em agregação de valor. Esse programa tem feito com que as cooperativas deem um salto no tocante à agregação de valor. Para os senhores terem uma ideia, 10 anos atrás, as cooperativas brasileiras exportavam diretamente algo como 700 milhões de dólares ao ano. Ano passado, nós exportamos 4,4 bilhões de dólares. Este ano devemos beirar 5 bilhões de dólares de exportação, graças a programas de industrialização, de agregação de valor que estamos desenvolvendo. Isso se deve muito a esse programa PRODECOOP.

Desse programa PRODECOOP — são linhas de crédito especiais do BNDES, de 2 bilhões cada uma — foram retirados 600 milhões de reais, que eram de capital de giro. Aí fica uma queixazinha. Não estou reclamando do Plano como um todo, mas vão nos fazer falta esses 600 milhões de capital de giro indexado aos investimentos.





Mais ainda: pedimos uma linha especial no PRODECOOP — e o Deputado Heinze me cobrava isso agora há pouco — nos programas de aquisições, fusões, incorporações, para saneamento de cooperativas, e não fomos contemplados ainda no Plano de Safra. Tenho a esperança de ainda poder alcançar isso.

No PROCAP-AGRO, também da linha de capital de giro, tomaram-nos um pedacinho. O prazo de reembolso, que era igual ao da linha de capitalização para capital de giro, era de 6 anos, com 2 de carência; agora ele passou, para capital de giro, para 2 anos, com só 6 meses de carência. Baixou também um pouquinho o limite por cooperativa.

Isso nos deixou um pouco preocupados, porque houve um apertozinho nas linhas especiais para as cooperativas no Plano de Safra. Já conversamos com o Ministro Wagner Rossi e com o Secretário José Carlos Vaz para tentar redirecionar ou rever algumas questões a fim de, no meio do caminho, poder corrigir. Mas ficam aí anotadas essas duas questões.

Por último, Deputado Zé Silva, eu quero falar a respeito de dois temas sobre os quais — insisto — podemos ampliar o debate pré-lançamento dos planos, como tem acontecido com o MDA e com Ministério da Agricultura — só este ano que foi um pouco diferente —, para evitar algumas trombadas e aproveitar algumas experiências.

Um deles é a necessidade da presença da extensão rural mais intensa, obrigatória, em todas as linhas de financiamento no Brasil. Sei que isso é uma questão muito cara para o senhor, Deputado Zé Silva, mas pode contar com o cooperativismo como aliado nesse processo.

Temos hoje um grande projeto nacional de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia coordenado pela EMBRAPA, mas não temos projeto semelhante de transferência de tecnologia. Isso quem tem que fazer é a extensão rural. E só podemos fazer isso se vincularmos às políticas públicas de crédito.

Então, eu parablenizo o MDA por avançar nesse sentido. Acho que temos de ter nas políticas públicas essa indexação de modo muito mais forte.

Vou um pouco além nessa questão da extensão, que acho fundamental. Temos de parar de fazer extensão por projeto e fazer por processo, ter um projeto brasileiro de extensão rural, com uma coordenação nacional — é a minha visão.



Gostaria de conversar mais sobre isso com o Júlio e com o Deputado Zé Silva, para botarmos essa exigência nos programas de políticas públicas de crédito rural.

O segundo ponto que faltou no Plano de Safra, do ponto de vista institucional e que eu gostaria de deixar registrado, diz respeito a um tema que discutimos nesta Casa durante os últimos 5 ou 6 meses: a questão ambiental.

Salvo o programa de agricultura de baixo carbono e alguns outros específicos, pouco esforço há no Plano de Safra para premiar o agricultor que faz uma boa preservação, que tem programas ambientais bem feitos. E estou falando de prêmio. Não estou falando de punição. Porque de quem nos pune, de quem nos critica, a mídia já está cheia. Já está cheio por aí de gente que vê o agricultor como um não conservacionista. Mas o que estamos fazendo para premiar quem faz bem feito? Na hora de se fazer o Plano Agrícola e Pecuário, temos a oportunidade de premiar, de incentivar e de diminuir a zona de conflito entre o que consideramos as necessidades de se produzir muito para abastecer o mundo e de preservar o meio ambiente. Perdemos uma grande oportunidade de fixar essas posições.

De maneira geral, era isso que eu queria colocar. Acho que houve evolução — e temos de cumprimentar o Governo e os órgãos públicos por isso —, mas há ainda muitas coisas para evoluir. E nossos apontamentos são no sentido de evoluirmos, de termos uma agricultura mais forte, um cooperativismo mais forte, uma extensão mais integrada nesse processo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Muito obrigado, Presidente Márcio, pelas suas palavras. Parabéns pela maneira prática, da roça mesmo, de fazer as suas colocações.

Agora, vou passar a palavra, para falar sobre extensão rural, ao Dr. Júlio Zoé, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Na pessoa do Dr. Júlio, quero cumprimentar todos os dirigentes da extensão rural presentes e agradecer as mensagens dos que não puderam comparecer, mas estão acompanhando os nossos trabalhos.

Dr. Júlio, o senhor tem 15 minutos também.



**O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO** - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Zé Silva, que nos honra nesta Casa, ao chamar o seu gabinete, carinhosamente, de Gabinete da Extensão Rural do Brasil. Muito obrigado, Sr. Deputado, pela grande contribuição que V.Exa. tem dado, juntando-se aos nossos esforços nessa luta.

Quero cumprimentar o Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, o companheiro Argileu Martins; o Secretário de Agricultura Familiar, o amigo Laudemir Muller; o Presidente da Academia de ATER, o companheiro Ben Silva; os companheiros da EMBRAPA, na pessoa da Petula; os companheiros do segmento bancário; o meu amigo Luis Sérgio, do Banco do Nordeste do Brasil; o Presidente da OCB, Márcio de Freitas; o representante da CONTAG, Renato Conchon; enfim, todos o Srs. Deputados e demais autoridades que prestigiam esta audiência pública.

Para nós, que fazemos assistência técnica e extensão rural oficial, é uma honra muito grande participar desta audiência, e agradecemos aos membros desta Comissão este honroso convite.

O Plano Safra já chega a mais de 120 bilhões de reais, e, principalmente para a agricultura familiar, é muito importante, neste momento em que temos como um dos eixos estratégicos da ação da nossa Presidenta acabar com miséria no País, lembrar que grande parte dessa pobreza reside na zona rural.

Quanto a todas essas políticas públicas que estão presentes no Plano — aumento dos limites de crédito, redução de juros, política de segurança e de melhoria na comercialização —, devemos lembrar que aproximadamente 3 milhões de agricultores nunca souberam disso. Apesar dos esforços que temos feito, ainda existem 3 milhões de agricultores que não recebem assistência técnica em nosso País. Hoje, a assistência técnica oficial já está presente em 95% dos Municípios, mas não atende a 100% dos agricultores de cada Município.

Então, é extremamente importante que, acompanhado desse esforço, que vem da inovação tecnológica, que responde em grande parte pelo êxito do aumento da produtividade sem aumento da área plantada, façamos com que esse conhecimento chegue a esses lares. E a porta de entrada para que essas políticas



públicas e esse conhecimento cheguem a eles passa, fundamentalmente, pelo fortalecimento da assistência técnica e extensão rural.

Tratamos em outra audiência pública sobre um tema que o Presidente Márcio Freitas ressaltou e que temos discutido com nossas associadas. A ASBRAER representa 27 associadas; cada Estado do Brasil está presente por intermédio dos respectivos presidentes das entidades. Temos discutido isso com o companheiro Alberto na CONTAG: um exemplo de sucesso que deu certo em muitos países — Colômbia, Portugal etc. — que começaram, por exemplo, a fazer pesquisa agropecuária muito antes do que o Brasil. Aqui, há muitos esforços, existem recursos vultosos, mas estão dispersos nas universidades, entidades estaduais, às vezes municipais, cooperativas, entidades privadas. Não existe uma organização. Eu costumo dizer que é como um relógio em que as várias engrenagens estão rodando, mas não se comunicam. Aí não marca a hora.

No passado, pensou-se na EMBRAPA como organizadora desse sistema de pesquisa que tem sido um exemplo na agricultura tropical para o mundo. Cometeu-se um erro político de, no passado, acabar com a EMBRATER. Não estamos com saudosismo, pedindo a recriação daquela EMBRATER. Não. Mas, hoje, vários Ministérios sabem que, para que as políticas aconteçam, devem colocar recursos para assistência técnica e extensão rural. Temos no MDA, que tem sido o parceiro maior nosso, no Ministério da Integração, no Ministério da Pesca, no Ministério da Agricultura, enfim, em vários órgãos, recursos são colocados para a assistência técnica e extensão rural, mas eles não estão integrados, não estão organizados.

Para que se tenha verdadeiramente, a longo prazo. numa diretriz, precisamos, sim, pensar em criar um órgão que coordene com uma massa crítica todas essas políticas, para que as metas, que muitas vezes perpassam por vários Ministérios, por vários órgãos, sejam articuladas e os resultado possam acontecer.

De fato, é enorme o desafio de produzir mais e, ao mesmo tempo, garantir sustentabilidade ambiental e, fundamentalmente, renda, porque, se não houver renda, não vai ter sustentabilidade. E, se não houver renda, não estamos reduzindo miséria.

Portanto, esse grande desafio não é só do Governo Federal. Os Governos Estaduais e Municipais e a sociedade precisam fazer parte desse grande esforço, a



fim de que, de fato, essa meta possa ser atingida. E, para que ela possa ser atingida no campo, temos de fortalecer enormemente a assistência técnica e a extensão rural.

Quero dizer que vamos estar juntos nessa luta, e agradeço a participação de todos nesta audiência pública, nesse esforço para fazer com que essas políticas cheguem ao campo. Espero que estejamos juntos somando esforços e lutando para que o agricultor familiar possa construir uma classe média com vida digna no campo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Agradeço ao Dr. Júlio Zoé, Presidente da ASBRAER.

Dando prosseguimento, quero cumprimentar também o corpo técnico da Casa que nos assessora de maneira muito competente na realização desta audiência e de tantos outros trabalhos que desenvolvemos no dia a dia.

Passo a palavra agora ao Dr. Carlos Eduardo Tavares, Superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, pelo prazo de 15 minutos.

Agradeço à CONAB, que tem sido grande parceira da agricultura e da extensão rural pelo Brasil afora.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES** - Boa tarde a todos.

Vou passar umas lâminas muito rapidamente para falar um pouquinho sobre a Política de Garantia de Preços Mínimos e do apoio à comercialização.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A Política de Garantia de Preços Mínimos foi criada basicamente com o intuito de garantir o abastecimento e a renda e evitar a volatilidade de preços. Como ela funciona? Teoricamente, funciona com um preço mínimo que assegura ao produtor, pelo menos, uma renda, um valor lhe vale para se manter no negócio.

O espaço de atuação do mercado é livre. O mercado funciona sem intervenção. Quando o preço sobe muito, começamos a liberar os estoques formados quando o preço estava abaixo do preço mínimo. Então, formamos estoques com preços mínimos e os liberamos com os preços acima dos preços de mercado.

Parâmetros para definição do preço mínimo. Temos conjuntura de cenário de mercado — fazemos a conjuntura do mercado mundial; preços ao produtor;



evolução dos preços ao produtor no mercado nacional e internacional; preço no atacado; custos de produção.

Muitas vezes, dizem que o preço mínimo é o custo variável. Não é o custo variável. Vai depender muito do produto para que incentivemos ou não a produção, através de um preço de paridade ou de um preço conjuntural. E o preço de outros fatores que venham a ser o preço de paridade de exportação e de importação.

Com isso, quando temos a redução do preço mínimo, fazemos as intervenções no mercado. Utilizamos, então, alguns desses mecanismos: Aquisição do Governo Federal — AGF; o contrato de opção — que sinaliza preço futuro e é muito interessante para que façamos com que o produtor assegure uma rentabilidade no futuro; operações de subvenção — aquelas de escoamento, o PEP, em que damos uma subvenção ao comerciante, para que ele pague o preço mínimo ao produtor, escoe e tire do mercado o produto; prêmio de equalização — que, ao contrário, damos uma subvenção ao produtor, para que ele seja incentivado a vender e escoar o produto; o PROP — um contrato privado de opção de venda e prêmio de riscos; os EGFs. Todos esses são os mecanismos que usamos com o preço mínimo, para fazer as nossas operações.

Basicamente, são esses os produtos que garantimos: algodão, amendoim, aveia, borracha, milho e pó cerífero. Temos dado muito apoio, como os senhores vão ver à frente, aos produtos da biodiversidade. Estamos agora com uma política de diversificar mais a produção interna, mesmo porque 80% da nossa produção gira em torno de quatro produtos apenas.

Quando elaboramos os preços mínimos este ano, levamos em consideração alguns aspectos que estão relacionados nessa lâmina. Foram os seguintes: demanda de países emergentes — países que, como o Wilson já referiu, e demandam muitos produtos, como é o caso da China; eles estimulam a produção por si só; utilização de produtos agrícolas para o agrocombustível, o que vem retirando produtos do mercado internacional, fazendo com que os preços das *commodities* subam; secas prolongadas, invernos rigorosos e chuvas torrenciais.

Atualmente, não se faz mais estoque governamental só para reduzir a volatilidade dos preços; faz-se também para garantir a sustentabilidade de abastecimento por um período de tempo que pode ser influenciado por fenômenos



climáticos de outros países e que possam afetar o nosso. Quer dizer, a segurança alimentar já voltou a ser de novo fator para formação dos estoques públicos.

Especulação no mercado de *commodities* no mundo. No fenômeno da quebra dos sistema financeiro internacional, o que se viu foi muito dinheiro ir para as *commodities*, para o mercado físico. Então, subiram muitos os preços no mercado de bolsas.

Concentração no mercado. Vimos passando por um problema sério, que deve ser observado: a concentração de mercado. Ou seja, em todos os agentes da cadeia, o que se observa é que há uma grande concentração de redes supermercadistas, uma grande rede de comerciantes e uma grande rede de indústrias. E isso está fazendo com que haja muita dificuldade no processo de comercialização.

Finalmente, os preços mínimos. Como pode ser visto — a apresentação vai ficar disponível —, temos positivamente: alho, amendoim, borracha, farinha, guaraná, juta. Observem bem que são produtos mais regionais, ligados a um bioma, e alguns deles muito relacionados à agricultura familiar, como a farinha e o leite.

Muitos dizem que a política de preços mínimos não está evoluindo. Pelo contrário. Nos últimos nove anos, o arroz subiu — nós demos apoio — o preço mínimo em 120%. No caso da mandioca, houve elevação de 200% no preço mínimo; no preço do milho, houve um aumento de 100% no Nordeste. Enfim, é uma política que vem sendo adotada com muita força, que deve sofrer uma reestruturação no atual modelo, em face dos fatores críticos da política de comercialização.

Temos um processo muito sério de concentração de produção no Sul, principalmente em relação ao arroz e ao trigo. Precisávamos fazer com que houvesse um processo de descentralização para reduzir os custos logísticos.

A falta de armazéns é um problema seríssimo no que se refere à comercialização para fazermos AGF, para enxugarmos o mercado. Não estamos tendo armazéns para fazer isso.

Inoperância da cabotagem para deslocar produtos do Sul para o Nordeste. É mais fácil levamos ao Nordeste produtos de fora que do País. E uma das razões é exatamente o problema do transporte no Brasil.



Verticalização do mercado: esses pontos vêm influenciando muito no mercado.

Regulamentação da cadeia de suprimentos.

Era essa basicamente a nossa apresentação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Agradeço ao Dr. Carlos Eduardo a exposição.

Em seguida, vou passar a palavra à Sra. Cristina Ferreira Alves Lopes, representante do Banco da Amazônia.

**A SRA. CRISTINA FERREIRA ALVES LOPES** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Zé Silva, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa e as demais autoridades presentes.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vamos falar um pouquinho sobre o Banco da Amazônia. A exemplo do Banco do Brasil, o Banco da Amazônia também está aqui para apoiar o Plano Safra, a aplicação dos recursos na agricultura familiar. Na Região Norte, somos os maiores aplicadores desse recurso.

O banco sofreu um processo de reestruturação. Nesse processo, ele deu mais importância ainda à agricultura familiar e às microfinanças, criando a Gerência Executiva de Microfinanças e Agricultura Familiar, em que existem duas Coordenadorias: uma cuida especificamente da agricultura familiar e outra cuida de microfinanças.

Na Coordenadoria de Agricultura Familiar, trabalhamos com ações de rotinas, ações estruturantes e ações de qualificação.

As de rotina são: monitoramento de metas, monitoramento de inadimplência e do gatilho e suporte diário à rede e a todos os questionamentos e necessidades da rede, no sentido de aplicar cada vez melhor os recursos e de atender cada vez melhor o agricultor familiar.

Nas ações estruturantes, trabalhamos com capacitações internas e externas. Externas, porque acreditamos que temos de trabalhar com a parceria. Então, gente trabalhamos muito com o parceiro. E o nosso maior parceiro é a assistência técnica. Trabalhamos com capacitação desse parceiro.





Descentralização de análise. Para que a análise não fique só na sede do banco ou nas superintendências, mas que chegue mais próxima ao agricultor familiar. Isso dá celeridade na concessão do crédito.

Prospecção de demandas. Confecção de um Relatório de Informações Trimestrais Técnicas, de que vou falar um pouco mais à frente, específico para a agricultura familiar. Um suporte tecnológico também à rede.

As ações de qualificação são aquelas que visam, cada vez mais, a aplicação dos recursos com qualidade. Ou seja, esse recurso não será aplicado de qualquer maneira, mas para quem dele realmente precisa e da forma como é necessário.

Então, trabalhamos com vistoria prévia, gatilho de inadimplência, garantias reais, a transição do grupo A para o grupo AF e, mais recentemente, com segurança fundiária, garantindo que quem esteja recebendo o crédito seja o agricultor familiar.

Em 2009, a partir da criação da Gerência, trabalhamos com treinamento em análise de projetos para os técnicos do Banco e para os técnicos da assistência técnica. Nesses treinamentos, capacitamos mais ou menos 800 servidores entre os técnicos do Banco e os técnicos de assistência técnica da Amazônia Legal.

Há os seminários de planejamento participativo, nos quais focamos os APLs — Arranjos Produtivos Locais de cada região de cada Estado. Em cada Estado em que realizamos seminários, trabalhamos mais ou menos cinco regiões, com foco nos APLs e na elaboração do Relatório de Informações Técnicas. Isso vai balizar as nossas análises de forma mais real, mais próxima da realidade de cada Estado.

Já realizamos seminários em Tocantins, em Roraima, em Rondônia. Estamos agora planejando para o Amazonas, para o Acre e para a região do Baixo Tocantins, no Pará.

Instituímos o gatilho da inadimplência. Isso faz com que os gerentes das agências vão atrás do produtor que porventura não tenha pago o crédito. Por quê? Porque não podemos admitir a inadimplência. Esse recurso não é dado. Tem que haver o retorno dele. O agricultor precisa dar esse retorno. Ao instituir o gatilho da inadimplência, forçamos o gerente da agência a ir atrás do produtor.

Estabelecimento de regras para transição do cliente do grupo A e AC para o grupo AF, porque as regras não estavam claras. Então, estabelecemos como o agricultor do grupo A e do AC pode alçar um novo crédito, já na linha AF.



Em 2010 e 2011, continuamos com as capacitações, agora para 50 funcionários do Banco. Estamos em período de contratação de funcionários. Esses funcionários precisam ser capacitados, e nós os estamos capacitando. Agora para o segundo semestre, deve ser capacitada mais uma turma de 50 funcionários.

Há reuniões preparatórias para realização de seminários de planejamento no Acre e no Amazonas; divulgação mensal à rede dos índices de inadimplência do PRONAF e o gatilho da inadimplência, fazendo com que a rede vá atrás do agricultor que porventura não tenha pago o crédito, e intensificação das relações institucionais com os principais parceiros — o INCRA, as empresas de assistência técnica, o MDA e os órgãos ambientais. Temos intensificado essa parceria, porque entendemos que a meta de consecução do Plano Safra é nossa, mas quem a executa não somos nós, não é o Banco. Quem a faz acontecer é a assistência técnica, por exemplo. Então, temos que estar juntos, temos que trabalhar em conjunto. Se não trabalharmos junto, não vamos obter resultados.

Não está aí relacionado, mas, além das ações da agricultura familiar propriamente dita, estamos iniciando um trabalho com o PROFAN B através do microcrédito produtivo orientado, a exemplo do AGROAMIGO, do Banco do Nordeste, que, aliás, tem sido nosso grande parceiro nesse particular. Já estamos com duas unidades, foram as unidades-piloto, e estamos expandindo, no segundo semestre, para mais algumas unidades de microfinança rural. Isso também nos traz qualidade na aplicação do recurso para esse público do PRONAF D.

Em relação às ações futuras em estudos, vale dizer que estamos estudando a possibilidade de se implantar um sistema de avaliação de risco das operações do PRONAF. Isso nos vai dar um pouco mais de segurança, e é um *rating*.

A possibilidade de implantar a cobrança das parcelas através de código de barras dará ao agricultor a possibilidade de não precisar ir ao banco para efetuar o pagamento. Ele poderá efetuar o pagamento em outros bancos ou em correspondentes bancários. Isso facilita a vida do agricultor e diminui também a questão da inadimplência, porque muitas vezes a parcela que ele tem de pagar é quase o preço que ele tem de pagar da viagem. Quem mora no Marajó, por exemplo: para ir a Belém é muito caro. Então, ele prefere não pagar a parcela a ter de ir a Belém para pagar o crédito.



Essa é, portanto, uma possibilidade muito forte que estamos estudando no banco, e esperamos que isso aconteça o mais rápido possível.

E acompanhamento do índice de inadimplência por empresa de assistência técnica, porque acreditamos que, na hora em que eu capacito o nosso parceiro, também tenho de exigir que ele nos coloque projetos bons dentro do banco, nos coloque clientes bons dentro do banco. Então, eu também tenho que acompanhar. Na hora em que dou, eu capacito; mas também tenho que acompanhar o desempenho dessa assistência técnica.

Bom, qual o resultado esperado com tudo isso? A qualificação dos projetos; o fortalecimento do relacionamento entre o banco e as empresas prestadoras de assistência técnica, as ATER e ATES; e, principalmente, atingir as metas do PRONAF com qualidade.

Não adianta só aplicar o recurso. No banco, temos muito firme isto: não adianta só aplicar o recurso; tenho que aplicar o recurso com qualidade. Nós não temos o direito de fazer com que o nosso agricultor seja inadimplente. Então, tenho que garantir que ele vai realmente aplicar aquele recurso com qualidade. É isso.

Em relação aos resultados do Plano Safra deste ano, este é um histórico da evolução de Planos Safras; nós vínhamos ainda tendo uma aplicação relativamente baixa. Em 2009/2010 atingimos a nossa meta. Neste ano, estamos trabalhando para atingir a meta, mas com qualidade. Esse “com qualidade” dificulta um pouco, porque tenho de fazer a vistoria prévia, tenho de verificar se realmente o cliente, o agricultor mora na terra, o que dificulta um pouco. Mas tenho certeza de que esses 400 e poucos milhões que apliquei o foram com segurança.

Bom, metas para o próximo Plano Safra. Estamos com uma meta acordada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário de 500 milhões para a Região Amazônica. E aí está a distribuição.

Muito obrigada. Era isso. Fico à disposição de V.Exas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Agradecemos à Cristina, Gerente Executiva de Microfinança e Agricultura Familiar do Banco do Brasil...

**A SRA. CRISTINA FERREIRA ALVES LOPES** - Banco da Amazônia.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Banco da Amazônia, está certo. Mas tudo tem que emprestar para a agricultura. É só para saber se o pessoal da plenária está atento também.

Quero agradecer o Dr. Carlos Lopes, da Força Sindical, Secretário Nacional da Agricultura Familiar, que está presente aqui conosco. Obrigado pela presença. Pelo jeito, deve ser do nosso querido Estado de Goiás, cujo DDD é 062.

Agora estamos caminhando para o final das exposições. Temos mais três expositores. O nosso Ives, Diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, tem que ir para uma reunião muito importante. Ele tem que ir para o Tesouro, para pegar a chave do cofre e liberar o dinheiro rapidamente para a safra. E vai estar conosco aqui o Álvaro Tosetto, que é Gerente Executivo do Banco do Brasil.

Ives, muito obrigado. Sucesso na negociação. A agricultura brasileira agradece. Muito obrigado.

Imediatamente, nós passamos a palavra para o Sr. Renato Conchon, assessor técnico, representando aqui a Confederação Nacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para suas considerações.

**O SR. RENATO CONCHON** - Boa tarde, Deputado. Boa tarde a todos os Parlamentares aqui presentes, ao pessoal do Ministério da Agricultura, na pessoa do Wilson, do MDA, do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, da CONTAG, da OCB. Nós agradecemos a oportunidade, em nome da Senadora Kátia Abreu, de estarmos aqui para falar sobre o plano de agricultura, divulgado pelo Ministro da Agricultura na semana passada.

Observando o plano, nós ficamos felizes em sempre poder conversar com o Ministério da Agricultura, ter um bom diálogo com Ministério da Agricultura. E agradecemos principalmente por esse plano atender muito a questão da sustentabilidade. Nós ficamos felizes em verificar essa nova vertente que o Ministério da Agricultura toma com o projeto de agricultura de baixo carbono. Então, a ideia principal desse plano é expandir a produção via sustentabilidade.

Nós observamos também o crescimento de algumas linhas de crédito, por exemplo, para pecuária de corte, para aquisição de produtores de bovinos. Estamos satisfeitos em observar essa nova medida ser abrangida nesse novo plano. Há criação de linha de crédito para produtos como a cana-de-açúcar, no caso específico



até 1 milhão de reais por produtor, o aumento do PRONAMP em 48%, chegando a um custeio de 400 mil e investimentos de 300 mil reais para o produtor rural. Então, são ações pontuais que a CNA fica satisfeita em observar. E sempre pode discutir com o Ministério da Agricultura, propondo, na medida do possível, algumas medidas que possam colaborar com o crescimento da agricultura brasileira. Não só da agricultura familiar, mas da agricultura como um todo.

É necessário ressaltar o aumento do crescimento de recursos para o custeio e a comercialização, que estão na ordem de 80 bilhões de reais, sendo que 80% desse montante são com juros controlados em um cenário internacional de alta de *commodities*, aumento da SELIC. O Governo brasileiro sustentando ainda o juro controlado é um ponto positivo. Então ficamos felizes em observar essa medida do Governo, também sempre nos colocando à disposição para discuti-la. O MAPA e a CNA sempre foram parceiros, junto com a OCB e outras entidades que representam os produtores rurais. Nós sempre tivemos um bom diálogo, e eu acredito que isso virá a fortalecer sempre a agricultura familiar e a agricultura como um todo.

Bom, existe a necessidade, Deputado, também constante, de se discutir um modelo para a política agrícola, e é isto que a CNA propõe e oferece sempre ao Ministério: discutirmos uma nova política para agropecuária brasileira, principalmente porque os contratos, as maneiras de contrato, as formas de financiamento estão mudando, o mundo está mudando. Então, é preciso sempre discutir essas novas possibilidades para que seja fortalecida a agricultura como um todo. Não só a agricultura familiar, mas a agricultura dita comercial e tudo mais. Por exemplo, para oferecer crédito, oferecer condições ao aumento da classe média rural. É isso que a gente precisa fortalecer, dando condições para que o produtor saia de uma vertente em que ele não consiga renda para se sustentar, independentemente de tamanho, independentemente de localização.

Então é necessário discutir esse novo modelo, discutir algumas ações pontuais. E a CNA fica feliz pelo movimento que esse plano agrícola oferece, pois muito desse novo modelo de inclusão na classe média rural está sendo fortalecido. E é por isto que a gente fica feliz, porque ele oferece todas as condições para que a CNA possa mostrar e possa trabalhar já com os Ministérios e com o Governo para fortalecer a agricultura como um todo.



Basicamente, é isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Agradeço ao Renato, que representa a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Passo a palavra ao penúltimo expositor. Em seguida vamos abrir para os Parlamentares porque já está se iniciando a Ordem do Dia.

Com a palavra o Sr. Paulo de Oliveira Poleze, Assessor de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

**O SR. PAULO DE OLIVEIRA POLEZE** - Boa tarde, Deputado, e obrigado pelo convite. Alberto, Presidente da CONTAG, mandou um abraço. Ele está em Roma, na reunião da FAO. E o Toninho está no Sul discutindo exatamente algumas questões, fazendo um debate parecido com este, a respeito do desenvolvimento rural. Eu tenho o compromisso de trazer um recado da CONTAG que, acredito, poderá contribuir para pensarmos, além de avaliarmos positivamente os Planos Safra, já anunciados pelo MDA e pelo MAPA, os rumos da política agrícola no âmbito do Brasil.

Não fiz uma apresentação, mas escrevi o seguinte: se pudéssemos tratar a política agrícola e não o Plano Safra... Na semana passada, nós nos referimos a este tema quando discutimos a IN 51. Seria muito importante se nós, conforme disse o nosso caro Presidente da OCB, Márcio Lopes... Nós, da CONTAG, efetivamente fizemos uma grande discussão em virtude da política com o Governo, nesse período do Grito da Terra Brasil, em meados de maio — é uma espécie de data-base de negociações que fazemos com o Governo —, e acreditamos que no âmbito da agricultura, da agropecuária, de modo geral, tivemos ganhos muito positivos.

Friso aqui que aguardamos ansiosamente por avanços significativos na política de comercialização, a chamada PGTM-AF, à qual o Secretário Laudemir fez menção. Aguardamos, com certa ansiedade, avanços no aspecto da discussão da sanidade agropecuária. E o que se diz do SUASA? Falamos sobre isso na semana passada. Achamos que são duas questões que precisam ser destravadas. É preciso avançar. Há essa promessa, até porque agricultura é muito mais do que produzir alimento, do que produzir animal; é muito mais do que isso. Não podemos discutir a política agrícola num contexto restrito a essas questões, senão dentro do contexto do desenvolvimento rural. Eu acho que isso faz uma grande diferença. Se



podéssemos considerar os nossos agricultores como profissionais da agricultura, se tivéssemos condições de ter dado instrução para que eles se tornassem verdadeiros profissionais da agricultura, na agricultura familiar em especial... Precisamos urgentemente avançar nesse aspecto.

Quando falamos de qualidade da produção, de acesso a mercados, estamos reivindicando que a política agrícola do País decida, de uma vez por todas, destinar recursos para formação e capacitação técnica dos nossos agricultores. Assistência técnica e extensão rural. Temos exemplos de pesquisa. Como já foi citado, a EMBRAPA é uma instituição importante nesse aspecto, talvez uma das mais importantes do mundo. Mas precisamos fazer da EMBRAPA exatamente esse trampolim para alcançarmos o desenvolvimento esperado. É esse apelo, novamente, de se pensar política agrícola como política dentro do desenvolvimento rural, de forma mais ampla.

E aqui, Deputado, faço mais uma ressalva ao que deliberou o CONDRAF no ano passado — acho que foi uma das últimas reuniões do CONDRAF no ano passado ou início deste ano, não me lembro direito —, em que propôs uma política de desenvolvimento do Brasil rural, segundo a qual se olha para o rural brasileiro de forma diferenciada; não vê esse rural brasileiro se desmilinguindo, perdendo gente constantemente. Então, que possa olhar para esse rural brasileiro, pensando em outros negócios para além da agricultura. Precisamos fazer esses investimentos, e acho que o MDA está no caminho correto ao financiar uma série de questões. Aqui mesmo a CONAB disse de uma série de atividades. A própria CONAB está entrando nessa história da comercialização de uma sucessão de produtos da sociobiodiversidade. Precisamos melhorar muito isso.

Se não tivermos um PAC da Agricultura, que pense na agricultura a longo prazo, se não tivermos no PPA algo estabelecido de longo prazo, vamos ficar patinando a cada ano, desgastando-nos, discutindo Plano Safra. Isso não é suficiente para darmos essa alavancada de que o Brasil precisa. Temos que pensar onde a nossa agricultura familiar vai estar daqui a 10 anos, onde a grande agricultura vai estar daqui a 10, 15, 20 anos.

Acho que não podemos colocar como expectativa, sem freio, um processo produtivo contínuo, de produtividade e produção contínua. O mercado não ampara



isso. Estamos vendo, a cada ano, a dificuldade do Governo de conter o endividamento, porque não temos uma política efetiva que garanta, por exemplo, o processo produtivo e de renda. Não temos. Onde está isso? Onde está, por exemplo, a estrutura de amparo aos produtores de arroz do Sul, que agora não têm para onde levar seu arroz? Não têm. Com os armazéns abarrotados, não se tem como levar o arroz para outro lugar, porque está sobrando produção. Há poucos dias era com o milho. Não tínhamos instrumento para levar o milho para o Nordeste. Era muito difícil tirar o milho de Goiás para levá-lo para o Nordeste. Passamos, discutindo isso, 3, 4 meses, e não conseguimos efetivar. Por quê? Porque o milho estava na agricultura familiar, que não tem instrumento efetivo para poder fazer esta alavancagem, para entrar nesse mercado e disputar isso.

É lamentável dizermos que estamos indo muito bem, que o Plano Safra está muito bom. Se continuarmos assim... Estivermos pensando, o MDA, na política de apoio à assistência técnica e extensão rural: 380 mil há 4 anos; 400 mil há 3 anos; 620 mil ano passado; 480 mil este ano; e vai assim. A assistência técnica e a extensão rural estão dispersas em sei lá quantos Ministérios. O Ministério da Saúde faz assistência técnica, o Ministério da Pesca, todo mundo faz assistência técnica. Assim não dá! Só dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário temos duas linhas de intervenção, neste aspecto.

Precisamos que o Congresso Nacional possa produzir, de alguma forma, talvez alguns ajustes para ajudar a avançarmos neste aspecto. Este espaço é fantástico para isso!

Acho que, nesta chamada em que tratei da política de desenvolvimento do Brasil rural, de crescermos... No Brasil, falar de fundo é um problema complicado. Mas como é que se banca essas coisas sem se ter um rumo garantindo o PPA, por exemplo, o recurso efetivo para o desenvolvimento do Brasil no meio rural? Como é que se faz isso? Como é que vamos fazer, por exemplo, uma discussão mais aprofundada para tratar do Plano Safra do Nordeste, da Amazônia e das políticas de relação linear? O que vale para a agricultura familiar, vale no Amazonas, no Sul, para todo lado. Isso é confortável para a equipe da Fazenda? Tudo bem, mas precisaríamos discutir outros elementos para isso; talvez, tornar elástica a política em si para adequar certas questões, em especial nas linhas de investimento. E este





ano o Plano Safra, em especial na agricultura familiar, de certa forma foi mais generoso.

Um outro problema que não foi tratado aqui. Talvez, este não seja um espaço adequado para tal, mas estamos vendo uma linha meio declinante de acesso do PRONAF/custeio. Isso indica o quê? Inadimplência, comprometimento, que os bancos não estão mais aptos a receber nossa agricultura familiar, porque ela não está em condição de avançar.

Tivemos, desde 2002, um processo interessante de negociações. Mas a maioria delas foi de prorrogação de parcelas, e isso tem comprometido a capacidade de pagamento dos nossos agricultores. Essa é mais uma questão que precisa ser colocada. Sei que aqui nesta Comissão está sendo organizada uma subcomissão para discutir o endividamento. Eu até pediria ao Deputado que nos passasse informações sobre isso, porque estamos com um certo conflito. Reivindicamos, inclusive da Presidência da República, que se crie urgentemente essa comissão para estudar efetivamente caminhos e para resolver esse impasse.

No mais, muito obrigado. Vamos parabenizar o Ministério pela alavancagem de recursos, mas vamos deixar esta crítica e dizer que não é suficiente só ter recursos na política de Plano Safra. Precisamos ter recursos e uma política de desenvolvimento do Brasil no meio rural.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Muito obrigado, Paulo Poleze, aqui representando a CONTAG.

O último expositor desta tarde, nesta audiência pública, é nosso querido Luís Sérgio. Temos, nos últimos 8 anos, debatido todos os meses — não é Luís? O Luís Sérgio é Superintendente de Agricultura Familiar e Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil. É com você Luís.

**O SR. LUÍS SÉRGIO FARIAS MACHADO** - Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Deputado Zé Silva, em nome do qual cumprimento todas as autoridades aqui presentes nesta audiência pública, e também cumprimentar meu amigo Laudemir, em nome de todos os debatedores. O Laudemir representa o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, juntamente com o Ministério da Agricultura, tem sido grande parceiro do Banco do Nordeste na



operacionalização tanto do financiamento da agricultura empresarial quanto do financiamento voltado para agricultura familiar.

O Banco do Nordeste, eu diria, é um banco da agricultura. E, embora o banco atue apenas na Região Nordeste, no norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, hoje somos o segundo maior banco agrícola do País. Obviamente, perdemos para o gigante Banco do Brasil, mas somos o segundo maior banco agrícola do País. Temos um ativo hoje calculado em torno de 18 bilhões de reais, que é mais ou menos 50% do ativo total do Banco do Nordeste.

Nesse sentido, o banco atua nos diversos segmentos da agricultura. Atua fortemente com a agricultura familiar e também atua nos segmentos de médio e grande produtor na área de agricultura empresarial e também no financiamento das indústrias e agroindústrias, que são importante para a manutenção, e, acima de tudo, no desenvolvimento da cadeia produtiva no meio rural. Para isso, a gente tem adotado algumas políticas específicas, já que atuamos numa região onde, reconhecidamente, a infraestrutura produtiva ainda é deficiente, onde temos problemas sérios ainda de estiagem, ultimamente até de inundação. E precisamos organizar a produção e organizar, acima de tudo, a estrutura produtiva, para que esses produtores possam produzir com suficiência e qualidade.

Nesse sentido, a gente apoia todas as cadeias produtivas. Temos buscado, principalmente junto à agricultura familiar, mudar um pouco o perfil da nossa agricultura, que ainda é muito baseada em grãos, onde o risco de produção é elevadíssimo. E, na medida do possível, a gente tem trabalhado com a fruticultura, onde existe a condição da irrigação, e temos tido relativo sucesso.

No caso de médios e grandes produtores, principalmente na zona de cerrado, temos incentivado a pecuária intensiva, onde é praticada também uma agricultura muito intensiva, de alta tecnologia, que se compara à do Centro-Oeste do País, com o apoio integral, eu diria na maior proporção, do Banco do Nordeste. E temos buscado juntamente com os serviços de assistência técnica um trabalho conjunto: Banco do Nordeste e serviços de assistência técnica voltados para a agricultura familiar.

Se a agricultura familiar do Brasil tem problemas, imaginem a agricultura familiar do Nordeste. E a agricultura familiar do Nordeste, sem os instrumentos de



proteção do Governo Federal, que foram tão bem implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário quanto à questão de preço, quanto à questão de intempéries climáticas, quanto à questão de comercialização, e se não tivermos de fato uma assistência técnica e efetiva, não iremos conseguir progredir, e isso, infelizmente, vai sim gerar inadimplência.

Então, precisamos buscar elementos para que essa assistência técnica chegue de fato. Obviamente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem trazido para si essa situação, mas reconhecemos que ainda os recursos são insuficientes para atendermos à demanda de assistência técnica na nossa Região. Somente o Banco do Nordeste atende, em média por ano, da agricultura familiar, 550 mil financiamentos. E a última medição dada foi em torno de 320 mil produtores. Então, existe ainda um contingente muito elevado de agricultores que não têm acesso à assistência técnica.

Temos buscado, através da agricultura empresarial, desenvolver o cerrado. Nós temos três grandes áreas de cerrado na Região no Nordeste: o oeste da Bahia, sul do Maranhão e o sul do Piauí, onde a participação do banco, em termos de financiamento, chega em alguns momentos a 85%. Ou seja, de tudo que é aplicado no cerrado, temos uma participação de 85%, e de tudo que é aplicado na Região Nordeste para a agricultura — e aí agricultura não só familiar, mas como um todo — temos a participação expressiva de 72%. Ou seja, de cada 100 que é aplicado na Região Nordeste, em termos de agricultura, nós chegamos a 72%.

Em Estados como a Paraíba, por exemplo, e o norte de Minas Gerais, tão bem representado pelo Deputado Zé Silva, nosso percentual é acima de 80%.

Eu gostaria também de destacar um outro trabalho. O banco não só trabalha com grandes cooperativas, mas trabalha também muito fortemente com a agricultura familiar. É um trabalho que foi desenvolvido, ao longo dos últimos 6 anos, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e para o qual desenvolvemos uma metodologia específica de microcrédito produtivo orientado para atender especificamente ao agricultor familiar do Grupo PI, que é de produtores que têm uma renda bruta de até 6 mil reais, e, portanto, uma renda líquida, em termos de Nordeste, entre 1.500 e 2.000 reais. Logo, a grande maioria está abaixo da linha da



pobreza. E a grande maioria se insere no programa sobre miséria, que será lançado pela Presidente Dilma — Brasil sem Miséria.

Em função disso, o banco, ao longo dos 6 anos, desenvolveu uma metodologia, realizando uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a OSCIP (Instituto Nordeste de Cidadania). Nós disponibilizamos assessores de crédito, que são técnicos agrícolas, mas que não têm função de prestar assistência técnica. Porque não queremos ser concorrentes com o sistema de assistência técnica; queremos, sim, que a assistência técnica chegue. Afinal, eles são assessores de crédito, para promover o crédito orientado e acompanhar. Aí, sim, temos tido resultados bastante alvissareiros. Gostaria de mostrar isso posteriormente.

Nesse programa há alguns diferenciais. Primeiro, o assessor de crédito atende a esse pequeno produtor na sua própria comunidade. O crédito é elaborado, orientado e acompanhado, antes e depois do financiamento proposto.

Nós temos trabalhado, ultimamente, Laudemir, com a inclusão financeira desse agricultor. Ele tem direito a uma conta corrente, que é uma conta corrente tipo poupança, e a um cartão. Trabalhamos com educação financeira também, através de concessão de um crédito gradual e sequencial.

Outro fator em que temos trabalhado também é a capacitação desse agricultor para a utilização de técnicas simples de conservação de meio ambiente, que tem resultado muito favorável.

Temos buscado e melhorado muito — mas é preciso aperfeiçoar — a sinergia com os programas do Governo Federal. O crédito por si só não é capaz de promover o desenvolvimento na Região. Pelo contrário: o crédito por si causa mais problemas do que benefícios. Então, esse crédito precisa chegar com assistência técnica, precisa ter uma garantia de fato da comercialização. Nós temos problemas seriíssimos de armazéns, muito embora tenhamos o programa de aquisição de alimentos, programa de merenda escolar, etc. Mas é que não estão conseguindo se apossar desses instrumentos que foram criados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esperamos agora, segundo esse novo formato que está sendo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que esse pessoal tenha sucesso de trazer esses programas para os agricultores familiares, e que daí possamos dar crédito



com suficiência. Senão, iremos reproduzir o que ocorreu com o PRONAF B tradicional, em que, infelizmente, por não ter o crédito orientado e acompanhado, chegou a ter uma inadimplência de 40%.

Então, hoje, em relação ao Programa Agroamigo, esse programa de microcrédito que é o maior do Brasil, o que muito nos honra, aplicamos já recursos da ordem de 1 bilhão e 900 milhões em 5 anos. Atendemos, só com esse programa, a 1 milhão e 288 mil operações de financiamento. Isso significa 931 mil produtores diferentes. Fizemos agora o cruzamento da nossa base de dados com a base de dados do Bolsa Família, e cerca de 50% desses produtores são pertencentes ao programa Bolsa Família. Portanto, o Programa Agroamigo, com a assistência técnica garantida, poderá ser uma oportunidade para que aquelas pessoas saiam do Bolsa Família. E o valor médio é de 1.531, já que o valor máximo, no PRONAF B, é de 2 mil reais.

Temos trabalhado fortemente, Laudemir, a exceção da mulher no processo produtivo. E, aí, deixo aqui um desafio. Nós, do Brasil, temos que entender que, para desenvolver o meio rural, não podemos apenas contar com a atividade agropecuária. Temos aí que quebrar regras. Financiar atividade não agrícola no meio não rural é, sim, atividade rural. Financiar atividade não agrícola para uma mulher desenvolver um pequeno comércio ou serviço é, sim, atividade rural.

Então, precisamos avançar. Avançamos bastante em relação ao PRONAF B, mas precisamos tirar essas amarras a fim de que avancemos com esse público.

Em relação ao PRONAF, nós também somos primeiros colocados em termos de aplicação. Temos 76% do volume de aplicação colocado para o PRONAF. Ou seja, de todos os bancos que operam em nossa Região, 76% do PRONAF vem do Banco do Nordeste.

Uma outra questão importante diz respeito à agricultura como um todo. Este é um fato relevante: embora existam 3.082 agências de diversos bancos atuando no Nordeste, nós temos apenas 181 agências, que equivalem a 6% do total de agências, muito embora tenhamos 72% das aplicações do crédito rural, considerando-se todos os setores desse crédito rural. Especificamente, no norte de Minas Gerais, Deputado, são 74%.



A nossa carteira ativa, hoje, está em torno de 17 bilhões, em relação ao Plano Safra do ano passado. Nós cumprimos as metas com o MDA e ultrapassamos as metas com o Ministério da Agricultura. O Wilson, que está rindo, é testemunha disso. Esperamos, para o novo Plano Safra, colocar recursos da ordem de 4 bilhões, sendo 1 bilhão e 300 mil para a agricultura familiar e 2 bilhões e 700 mil para a agricultura empresarial.

Então, era isso que nós tínhamos a apresentar. Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Muito obrigado, Luís Sérgio, sempre objetivo e contundente nas suas colocações.

Agora nós vamos ouvir os companheiros Parlamentares.

Giroto, não vá embora, não. Volte! *(Risos.)*

Muito obrigado ao pessoal do Mato Grosso.

Estava brincando. Vá cuidar da sua Comissão, Giroto.

O primeiro Parlamentar inscrito é o nosso companheiro Zonta.

**O SR. DEPUTADO HOMERO PEREIRA** - Sr. Presidente, eu fiz uma inversão com o Zonta, que saiu. Ele vai falar no meu lugar.

Quero me pronunciar primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Concedo a palavra ao Deputado Homero Pereira.

**O SR. DEPUTADO HOMERO PEREIRA** - Primeiramente, gostaria de parabenizar o Deputado Zé Silva pela oportunidade de estarmos aqui promovendo este debate. Nós dois tivemos a oportunidade hoje, na *TV Câmara*, de fazer um debate exatamente sobre este assunto. Ouvimos aqui algumas coisas que nós comentamos lá, principalmente a intervenção do Paulo Poleze, da CONTAG, do Júlio Zoé, e agora também do Luís Sérgio, questionando o nosso modelo.

Nós estamos aqui exatamente discutindo um plano de safra, que é bem-vindo, ótimo, crescente a cada ano. Nós estamos falando de um universo, de uma agricultura brasileira, que é algo muito maior. Nós estamos falando do meio rural, que é algo muito maior do que crédito rural e financiamento. Maior até do que as importantes, e deixadas de lado, assistência técnica e extensão rural.



Então, eu gostaria muito que esta Comissão, juntamente com todos os entes que fazem política agrícola, seja agricultura familiar, seja comercial, ou os agentes financiadores, pudesse se debruçar sobre o assunto, ouvir a angústia, com razão, do Presidente Márcio. Eu tenho certeza de que essa deve ser, também, a mesma angústia da CONTAG, como também da CNA, embora tenhamos percebido que tenha sido um debate mais aprofundado com relação à agricultura familiar. Que possamos efetivamente produzir algo, porque, depois, acabam muitas vezes até cobrando desta Casa. Somos representantes dos produtores, mas nós acabamos não produzindo um programa, um projeto de Brasil, de política agrícola.

Eu acho que cabe ao Poder Executivo, neste momento, estabelecer uma grande parceria para pensarmos a agricultura como um todo. Eu não quero me ater aqui aos números que foram ali colocados sobre o Plano Safra, porque tudo isso é muito pequeno. Nós, muitas vezes, falamos no Brasil: vamos tomar uma medida ousada; vamos passar de 160 milhões para 170 milhões de toneladas, etc. Ora, meu Deus do céu! Só de milho os Estados Unidos produzem 300 milhões de toneladas por ano! E nós estamos comemorando porque vamos passar para 170 milhões de toneladas de grãos, como cereais, fibras e oleaginosas. Quer dizer, nós ainda somos o "país do futuro". O mundo precisa de alimentos, e a percepção que se tem é a de que nós ainda somos o "país do futuro".

Então, eu gostaria muito que pudéssemos discutir com mais profundidade a questão relativa a uma política agrícola efetiva para o nosso País. É unânime: nós estamos muito satisfeitos com o que se fez na questão da pesquisa no nosso País. Mas há quantos anos... Quando eu não era Deputado, quando o nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro era vivo, um extensionista oriundo do sistema de até então, falava-se do erro histórico que se cometeu neste País quando se acabou com a EMBRATER. Não era aquele modelo, mas acabaram com a extensão rural. Como nós vamos transferir essa tecnologia que está sendo concebida hoje pela EMBRAPA, pelos entes estaduais, pela iniciativa privada, para chegarmos ao agricultor familiar? É por isso que nós vemos a angústia da CONTAG, preocupada até com os recursos e com o fato de que os seus associados possam não acessar por estarem inadimplentes com o PRONAF, mesmo com a taxa de juros atual de 1%. Será que, com essa taxa de juros atrativa, ainda teremos pessoas habilitadas a



captar esses recursos? Então, ficamos meio frustrados em função disso, porque não estamos pensando na questão como um todo. Nós a estamos observando pontualmente, e muitas vezes até comemorando esses índices, que são bem-vindos, sim; só que a agricultura brasileira é muito maior do que isso.

Portanto, que sirva de alerta a mensagem desta audiência pública: que se discuta o assunto como um todo.

Vejo aí o Banco do Nordeste com iniciativas interessantes, mostrando que não basta apenas financiar, mas também fazer outras gestões. Nós vemos o êxodo rural — e você dizia isso hoje, num programa de televisão. Todos os programas de governo são para incentivar as pessoas a irem para a cidade. São programas para a família, para o lar, não sei mais o quê. Tudo é programa voltado para a cidade. Não vemos um programa de inclusão social fazer com que a pessoa fique no campo. Por exemplo: *“Aqui é gostoso, aqui terá uma creche bonita para vocês também, a creche do FNDE. Não é só lá, na cidade; é aqui também”*. E podem dizer que aquelas pessoas poderão deixar as crianças, que haverá uma casa digna, acesso à Internet; haverá tudo lá, no campo, e a pessoa vai se sentir confortável. Se não for assim, criaremos uma nova geração de urbanoídes, de pessoas que têm preconceito. Hoje, o cidadão urbano tem preconceito contra o meio rural, haja vista a discussão do Código Florestal. É só fazer uma pesquisa nas cidades sobre o que eles pensam com relação ao meio rural. Todos querem ficar abastecidos, mas têm um verdadeiro preconceito com relação a quem mora no meio rural.

Portanto, gostaria de, neste quase desabafo, dizer da importância deste debate. Temos de discutir o Plano de Safra, que é bem-vindo e importante, para que possamos efetivamente irrigar a semente já plantada, para que ela germine, dê bons frutos e possamos discutir uma política agrícola mais consistente para o nosso País, onde a assistência técnica seja fundamental e preponderante, onde o crédito e a pesquisa sejam importantes, mas onde a família rural seja muito mais importante e que, além da dignidade, tenha qualidade de vida. Quando isso acontecer, acho que terei cumprido a minha missão enquanto legislador. Enquanto não, vamos discutindo planos safra, taxas de juros, os 100 milhões, os 80 milhões, num negócio de quase 1 trilhão de reais que temos. Estamos discutindo isso.

Parabéns pela iniciativa, meu amigo, Deputado Zé Silva! Muito obrigado.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Deputado Homero Pereira.

Agora vamos ouvir mais um Parlamentar. O Dr. Wilson Vaz de Araújo precisa sair e quer antes fazer uma colocação.

Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Sr. Presidente, Deputado Zé Silva, demais representantes das entidades do sistema financeiro. Deputado Paulo Cesar Quartiero, percebi a sua indignação e também um pouco da nossa agonia. Foram anunciados aqui, Wilson, 107 bilhões. Quando o pessoal diz que é o maior volume da história, é balela! Se atualizarmos os dados do Banco Central, em 1980 o Brasil plantava 37 milhões de hectares e colheu, naquele ano, 41 milhões de toneladas. Sabem qual foi o volume atualizado para hoje? Mais de 160 bilhões. E então nós plantávamos praticamente a metade da nossa área e tínhamos por volta de 30% da produção de hoje, Presidente Márcio — 150 a 160 milhões de toneladas de grãos. Assim, é possível ver a distância em que estamos daquela época.

Meu caro Júlio, eu era assistente técnico naquela ocasião; tinha um escritório de planejamento particular. Ou seja, nós tínhamos um outro sistema. O Deputado Zé Silva sabe disso. É só lembrarmos daquela época. Então, estamos voltando, e muito lentamente, para aquilo que já tivemos.

O Deputado Homero Pereira coloca aqui casa rural, creche rural. O.K. Mas, muito mais do que isso, falta renda para o meio rural. Se houver preço para o meu produto, não haverá problema de crédito nem de nada.

Álvaro, naquela época, eu fazia o projeto no Banco do Brasil, e não havia renegociação de dívidas nem esse passivo. O companheiro da CONTAG falou sobre isso. Não havia porque também não havia inadimplência. O próprio gerente resolvia essa questão. Ele pegava um custeio do carro, dava um novo custeio, e a pessoa pagava no próximo ano. Sabem por quê? Porque tinham preço para o seu produto, o que não mais ocorre. E, aí, Wilson, a despeito de termos mais de 5 bilhões — eu ouvi o pessoal da CONAB —, de que adianta? De que adianta termos mais de 5 bilhões no Orçamento, se estamos pelejando, Deputado Afonso Hamm, pelo nosso arroz no Rio Grande do Sul? Em Santa Catarina, Celso Maldaner, colhemos 10 bilhões de toneladas de produtos, mas não há preços para os nossos produtos. De



que adianta ter orçamento, se os mecanismos não funcionam? Essa é a nossa indignação.

No sábado passado estive no Município da Mata, numa festa linda com produtores, a maioria pequenos produtores, com trabalhadores de granja; todos estavam se confraternizando: quem vendeu óleo *diesel*, quem vendeu adubo, todos estavam lá, inclusive o pessoal do Banco do Brasil. E o pessoal, desesperançado, me dizia: “*Deputado, dá um estímulo para essa gente!*”

Mas que estímulo posso dar? Quanto meses estamos batendo na mesma tecla? Chega a ser chato falar do assunto.

A despeito do Zeca, que é o Superintendente lá, e dos gerentes, e de vocês aqui em Brasília, Álvaro, dando estímulo, prorrogando o IGF, dando mais uma parcela de custeio, dizendo que não é preciso que paguem agora em junho, repassando para agosto... Quer dizer, o que isso resolve, se eu sei que não tenho mecanismos para ajudar o produtor?

Os 30 mil produtores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, um pouquinho do Paraná e do Mato Grosso do Sul, colheram quase 11 milhões de toneladas, botaram 200 milhões de sacos de arroz na mesa do brasileiro, e não estão conseguindo preço. E depois será um parto acertarmos o financiamento da próxima safra — e não vai ter. O que o banco olha? Que esse cara é podre no meu sistema; e isso não por culpa do banco, mas do sistema como um todo.

Estou engasgado com tudo isso. Nós já falamos tanto, mas não conseguimos resultado.

Segundo a *Folha de S.Paulo* da semana passada, o índice do Brasil em termos de defensivos agrícolas é o mais caro do mundo. Quem paga? O produtor brasileiro. Fertilizantes: só 30% são produzidos no Brasil; 70% são importados. Não há uma política para isso.

A despeito de o Ministro Reinhold Stephanes ter feito um trabalho — e nós, desta Comissão, também o ajudamos —, não conseguimos focar essas questões para reduzir o custo de produção.

Vejam o *diesel*. Estive num debate no Senado, há 3 semanas: o pessoal da Indústria e Comércio mostrou que o Brasil exportou para a Argentina 800 bilhões de dólares de *diesel*. Sabem quanto paga um produtor da Argentina, Zé Silva? Eu



peguei a nota lá de um produtor, Antônio Celino, do Município de Curuzú Cuatiá, na Província de Corrientes. Sabem quanto ele paga? Um real e três centavos pelo litro de *diesel*. E o *diesel* é brasileiro! Eu pago aqui no Brasil, no meu Município de São Borja, num posto da PETROBRAS, 2 reais e 10 centavos. Como eu vou acertar essas diferenças? Eu não consigo conviver desse jeito.

Essa é a nossa indignação. Como vamos fazer para acertar isso? São os custos de produção, infelizmente. Temos batido em cima dessa tecla. Não é culpa do produtor.

Azambuja, em um trabalho do Antônio da Luz, da FARSUL, vemos que 24,48% corresponde a carga tributária. Do arroz, Maldaner, que o miserável lá de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul planta, 24% é de impostos: 52% vão para o Estado do Rio Grande do Sul, 42% para a União e só 6% para o Município.

Como eu vou conviver com isso? O que nós vamos fazer? Ficamos batendo sempre na mesma tecla. Nós temos que fazer, Zé Silva, nesse grupo, o seguinte: uns vão trabalhar dívida, enquanto outros vão trabalhar MERCOSUL. Vamos ter que acertar os custos de produção.

O nosso agricultor vai ficar lá fora, se tiver preço. Aonde eu vou hoje, as pessoas vêm me dizer algo. Eu estive em Ibirubá, na semana passada, com um grupo de sindicatos rurais, e uma pessoa falou em renegociação de dívidas. O que é preciso para isso? Os velhos estão ficando na lavoura; os filhos e os netos eles mandam para bem longe. *“Vá estudar, vá trabalhar na cidade, meu filho. Aqui no interior não tem vez para ti.”*

O produtor está sendo desestimulado a ficar no campo. E o que vou deixar para o meu filho e para o meu neto? A nossa cultura vem de berço. O meu trisavô veio da Alemanha, em 1854, para trabalhar na agricultura. Qual o estímulo que eu posso dar para um filho ou para um neto, com tudo que eu vejo e conheço dos números que estamos deixando para os senhores aqui?

Então, a despeito de Ministério (MDA), de assistência técnica, de crédito, vamos ajudar esse povo. Agora, eu não sei quanto, Álvaro. Eu acho que não tem 2,5 milhões de produtores que acessam o crédito hoje.

Com relação à dívida, hoje, dos 5,2 milhões de produtores rurais no Brasil, não sei quantos acessam o crédito, quantos têm acesso ao crédito, Júlio. Nesse



sentido, o que nós precisamos fazer? Os bancos estão protegidos, a legislação protege o sistema financeiro hoje, e vocês não, vão dar pelo risco que o produtor não tem.

Existe de novo renegociação de dívida. O Deputado Marcon, do MST, está pedindo renegociação de dívida. Os pequenos não pagam, os médios e grandes, aquele pessoal que frustrou em 2005 não tem condições de pagar essas contas. A despeito da safra de soja e do preço que ela foi vendida, o pessoal não fecha essas contas.

Então, Márcio, temos de juntar entidades como a OCB, a CNA, a CONTAG, fazer força e fazer com que o Governo entenda essas questões. Fala-se tantas vezes nessa questão, mas precisamos resolvê-la definitivamente. Trata-se de sobrevivência.

Vejam, na semana passada, conversei com o pessoal do setor de suínos. Eles estão perdendo de 80 a 100 reais por suíno produzido. A Rússia trancou as importações.

Engasgado que estou, digo mais. Quando vamos ao plenário — aqui todo o mundo conhece o que estamos falando, quem acompanhou a votação —, querem jogar mais o que para o produtor rural? A responsabilidade de o produtor entregar a terra dele para fazer APP, para fazer reserva legal! Não é terra de governo, é terra de produtor! Ainda bota mais um custo para recompor APP, e diz que ele está sendo anistiado? Anistiado de quê? É ele quem coloca comida na mesa do povo brasileiro, paga o adubo mais caro do mundo, o *diesel* mais caro do mundo. Menciono também a carga tributária. O Governo é o maior sócio do produtor, arrecada mais de 30% em relação aos alimentos. O Governo brasileiro, o Federal, os Estaduais e os Municipais, arrecada mais de 30% em cima do *diesel*, do defensivo, do trator, de tudo. Essa é a gente a que devemos.

Portanto, eu não posso estar satisfeito com o Plano Safra, por tudo aquilo que vemos. Estou falando para desabafar. Esse é o problema que nós temos, mas vamos comemorar as ajudas que se dão. Agora, precisamos solucionar a questão dos custos e acertar efetivamente a questão do crédito, resolvendo a dívida.

Seguramente haverá, no mínimo, 300 mil, 400 mil, 500 mil produtores, pequenos, médios e grandes, que precisam, e não têm mais acesso. Eles estão



vivos, produzindo, e tirando dinheiro de onde, Márcio? Alguma cooperativa os financia? Cerealista, indústria de defensivo, fertilizante, as *trades* estão financiando o produtor? E quanto ele está pagando? São 2%, 3% mês, para que consiga continuar plantando.

Essa é a constatação sobre o nosso plano, sobre o que temos de fazer. Vamos continuar trabalhando. Esta Comissão é um fórum, aqui estão nossos aliados. Precisamos focar nessa questão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - O Deputado Luis Carlos Heinze é sempre um aguerrido Parlamentar e nos diz que estamos resgatando muita coisa que nós perdemos. Inclusive, o Julio falou da extensão rural e de tantas outras conquistas importantes, direitos sociais do campo e outros desafios.

Como o Dr. Wilson tem que sair, vou passar a palavra a S.Sa., para que faça suas considerações finais. A seguir, darei a palavra aos Parlamentares.

Desde já agradeço ao Dr. Wilson a presença, a quem concedo a palavra

**O SR. WILSON VAZ DE ARAUJO** - Não gostaria de me ausentar, mas, como tenho um compromisso em São Paulo muito cedo amanhã, preciso ir hoje mesmo. Não estou fugindo do debate.

Pelo tempo que estamos lá, acompanhando as mudanças na política agrícola, a parte mais importante vem agora. Os Deputados Homero, Luis Carlos Heinze, Afonso Hamm e outros que ainda vão falar estão sempre lá conosco. No caso de muitos Parlamentares, costumamos brincar: *“Este tem DAS-3 ou DAS-4 no Ministério, tal a frequência dele lá”*.

Toda a angústia que os Deputados externaram, o próprio Presidente Márcio, igualmente parceiro nosso, os senhores podem até não acreditar, também é parte da nossa angústia, porque, no momento em que é formulada uma política, queremos vê-la acontecer. Eu mencionei isso na minha exposição.

Foram anunciados 107 bilhões, mas de nada adiantam se não conseguir aplicar de forma efetiva e com qualidade esses recursos.

Quanto às observações do Deputado Heinze, temos acompanhado de perto a situação do arroz. Ele menciona o custo de produção, o preço do produto e a relação com outros países.



O nosso ex-Secretário de Política Agrícola Edilson Guimarães pode dizer que muitas vezes se quer resolver problemas de outra ordem com instrumentos de política agrícola, como aconteceu, há 3, 4 anos, em Mato Grosso, onde o preço da soja estava bastante deprimido e houve um esforço, naquele momento, para injetar mais de 500 milhões para tentar dar sustentação àquele preço, de maneira a segurar lá aquele produtor. O algodão também, durante, pelo menos uns 4 anos consecutivos, foi segurado com esses mecanismos de política agrícola. Imaginem a situação do algodão hoje se não houvesse esse apoio governamental da forma como houve naquele período.

Então, Deputado, as preocupações que foram apresentadas relacionadas a preços de produtos agrícolas, custos de produção, que passam por questões de infraestrutura, pela questão tributária, enfim, são avanços que precisam ser feitos, mas têm de envolver outros agentes na discussão.

Eu entendo que, do ponto de vista da política agrícola, instrumentos temos de ter, apoio à produção, à comercialização, ao crédito, de fato há avanços sim. Temos uma estimativa: para se fazer uma safra agrícola brasileira, agricultura e pecuária, é necessário capital de giro, no ano inteiro, da ordem de 150 bilhões, 155 bilhões de reais. Estão sendo colocados, nesses financiamentos, para financiar custeio e investimento a taxa controlada, custeio e comercialização, 64 bilhões, mas, em todo o investimento, a taxas de juros controladas.

Eu diria que este ano, possivelmente, teremos uma participação de 45% nesse custeio. É claro que, para os recursos que vamos buscar fora dos recursos controlados do crédito rural, paga-se um pouco mais.

O Dr. Márcio disse que neste ano foi fechada um pouco a discussão do Plano Safra no âmbito do Ministério da Agricultura. Embora não tenhamos feito reuniões seguidas, os técnicos, os senhores, sempre estivemos, tanto no caso da OCB quanto no da CNA, trocando informações. Os senhores nos mandaram uma pauta bastante grande de sugestões, que foram muito consideradas. Participamos juntos de discussões na Fazenda, especificamente, sobre os programas de apoio a cooperativas. Isso tudo foi levado em conta. Foram feitas mais de 250 consultas e recebemos, se forem consideradas todas, oitocentas e tantas sugestões de ações. É



claro que muitas são repetidas, muitas não podem ser implementadas. Quanto a uma parte delas, vamos avançando a cada ano.

A nossa leitura é a seguinte: quem tem acompanhado a política agrícola percebe que, de fato, o que se tem hoje difere, e muito, do que se tinha há 5 anos, há 10 anos. Agora, o que ficou são pontos mais sensíveis. Eu digo que nós, o Executivo e sobretudo esta Casa, temos de nos debruçar sobre a questão e achar o melhor.

Isto extrapola um pouco os Ministérios, entra em todas as áreas de governo: a questão tributária, a questão de logística, de infraestrutura. São gargalos que existem por aí. Mas a disposição de conversar eu sempre vejo nas pessoas que transitam nesta esplanada ou mesmo nos Estados.

Eu estou vendo aqui representantes do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil. São incansáveis reuniões, para que eles façam com que isso aconteça. Os três bancos, que são gestores dos fundos constitucionais, são parceiros nossos na tentativa de se ver se o Programa ABC acontece. É claro que os fundos têm regras operacionais próprias, mas também são parceiros e vão somar conosco nessa questão do ABC e também nos outros programas.

Há cerca de 8 anos, começamos a conversar sobre recursos. Hoje cito o próprio Luis Sérgio, do Banco do Nordeste. De fato, eles estão lá com mais de 4 bilhões, relativos ao fundo constitucional, destinados a financiar a agricultura. Há mais uma parte do fundo do Banco do Brasil e também do fundo do BASA, do FNO, como mencionou a nossa colega do Banco da Amazônia.

Enfim, eu acho que os esforços são convergentes. Os problemas estão aí, e nós não nos furtamos, o Ministro também (*falha na gravação*) para esses problemas que estão por aí ainda.

Eu lamento ter de sair agora, mas o meu colega João Cláudio, da nossa equipe, que está conosco há algum tempo, trabalhou conosco nesse plano safra, acompanhará o resto do debate.

Eu agradeço mais uma vez o convite. Sempre que formos convidados, estaremos aqui, atendendo a agricultura brasileira e os produtores brasileiros, porque esses realmente precisam do reconhecimento que merecem de toda a sociedade brasileira.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Dr. Wilson, do Ministério da Agricultura.

Há cinco Parlamentares inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Cesar Quartiero, guerreiro Parlamentar do Estado de Roraima.

**O SR. DEPUTADO PAULO CESAR QUARTIERO** - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Eu gostaria de falar na mesma linha dos Deputados Homero e Heinze, que quase esgotaram o assunto.

Sinceramente, considero ridículos os resultados da agricultura brasileira, diante do potencial do país chamado Brasil. Os resultados que temos estão muito aquém do que nós, como Nação, deveríamos ambicionar.

Está dentro desse contexto que não vamos conseguir cumprir as metas da FAO de aumento de produção de alimentos para combater a fome que se anuncia em âmbito mundial.

A mediocridade que parece que tomou conta de nossa geração se expressa quando ouço repetidamente estas palavras: pequeno agricultor, microempresário e, agora, microfinanças — não conhecia esse termo.

Todo ser vivo nasce, cresce e morre. No Brasil, inventamos uma classe diferente. O produtor rural não tem possibilidade de crescer. Imaginem como seria a agricultura brasileira se transformássemos o nosso pequeno agricultor em médio produtor. Que revolução e que solução para o mundo! O que nos falta para conseguir isso? Falta assistência técnica, faltam recursos? Não.

Recurso é usado para penalizar o agricultor, para transformá-lo, como dizem, em grileiro, em depredador. O IBAMA usa helicóptero, a Polícia Federal paga diárias caríssimas. Esse dinheiro poderia ser usado para financiar a extensão rural, poderia ser direcionado para o produtor, para o interior. Vão lá multá-lo quando ele está errado. Por que não ensiná-lo a fazer o certo, a implantar uma agricultura menos agressiva, a usar melhor os recursos naturais? Não seria uma revolução também?

Temos de chegar à conclusão do que queremos no Brasil. Queremos realmente desenvolver nossa agricultura ou queremos financiar, manter um exército





de “ecoparasitas”, que estão aí anunciando o fim do mundo para poder cobrar algum da sociedade?

Infelizmente, parece que isso contaminou nossos bravos banqueiros. Estão aí os créditos de baixo carbono. Essa questão não é científica, há muitas divergências em âmbito mundial. E estamos aí criando empecilhos para o produtor. Ele tem de estar com o portfólio lá de 10 metros, para se enquadrar no crédito agrícola, para poder realmente ser financiado.

Volto ao que o Deputado Heinze disse. Se o agricultor tivesse renda, não precisaríamos estar aqui, nem os senhores, porque haveria uma fila de bancos para financiar, o Banco de Boston, o Citibank, o Chase Manhattan, sei lá quem. Estariam aqui, porque seria um negócio bom. Os senhores estão aqui porque é um negócio duvidoso, de difícil recebimento, que tem de ser incentivado. Mas, se fosse dada condição para o nosso produtor, acho que todos eles pagariam suas contas sem maior problema.

É muito bonito o Plano Safra, tudo é muito bonito, mas o que acontece na realidade? Acredito que, no Rio Grande do Sul, nessas áreas mais desenvolvidas, em São Paulo, talvez funcione. Mas, nas áreas de abertura, Amazônia, Centro-Oeste, o que ocorre? O produtor é grileiro, não tem a terra legalizada. Ele quer se legalizar e procura o INCRA, que, quando não está em greve, não está funcionando, nunca consegue atender o produtor. No mínimo, são 2 anos para se conseguir fazer qualquer processo avançar. Ele procura conseguir o licenciamento ambiental, mas está acima da possibilidade financeira do nosso produtor. Não funciona, são 2 ou 3 anos. Como o produtor vai ter acesso ao crédito? Como vai se habilitar a uma tecnologia de agricultura de baixo carbono? Meu Deus do céu! Meu Deus! Acho que temos de parar de brincar e entender essas questões.

Vai-se a qualquer banco e se escuta: “*Estamos treinando o pessoal, estamos contratando*”. Eles nunca estão prontos para atender a demanda. E exigem que o produtor ande com uma carteira com todos os títulos possíveis que atestem que ele está isento disso, que ele é bonitinho, que ele está conforme o figurino oficial. Eu acho que temos de mudar.

Ouvi a palestra da Sra. Cristina. D. Cristina, a senhora não vai receber os recursos que a senhora me emprestar. A senhora não vai receber. Pode estar ciente



disso. A história da agricultura na Amazônia — vejam que a Amazônia é 60% do Brasil — é uma história de fracasso, é uma história de completo fracasso. Cito dois exemplos: cacau e borracha. Só tiveram êxito quando saíram de lá. Não há como ter sucesso, porque nosso produtor lá é tratado como grileiro, como invasor, como depredador.

E lá existe o que o Deputado Heinze falou sobre essas questões ambientais. Isso chegou a um ponto que está inviabilizando a agricultura. Há a previsão de 80% em área de mata de reserva. Nem vamos questionar se tem de haver mata, não é esse o assunto. Tem-se de abrir 100 quilômetros de estrada para aproveitar 20; tem-se de fazer 100 quilômetros de eletrificação rural para aproveitar 20; há a questão de escola, de hospital, de assistência técnica. Isso é inviável, no Japão, na China, na Suécia, em qualquer lugar. É inviável. A senhora, portanto, não vai ter sucesso no recebimento desse dinheiro, e o agricultor vai continuar como está. Ele abre um lote, pega o dinheiro, não paga, passa para outro, e assim por diante.

Então, temos que mudar um pouco a coisa. Acho que temos de mudar a nós mesmos. Ouvi a Presidenta da CNA, a Senadora Kátia Abreu, dizer que não vai defender produtor ilegal. Quem é ela para determinar quem é ilegal ou não? Ela é juíza, ela é tribunal? E ela recebe de todo produtor a contribuição. O mesmo raciocínio vale para o Governo, que cobra imposto de todo o mundo, e depois vai lá requisitar a produção do produtor por meio de impostos altíssimos. No fim, acaba requisitando também a terra.

Achei muito boa a intervenção do senhor da CONTAG. Foi dito que não vamos produzir mais porque não há mercado. Abrir mercado é a principal função de um governo. Esta é a principal função do Governo: abrir mercado para os produtos brasileiros. Mas o Governo brasileiro se especializou em rebaixar a qualidade dos nossos produtos. O que é dito aí? Na questão trabalhista, diz-se que o produto brasileiro é produzido com trabalho escravo. Não é isso o que dizem? Diz-se que a agricultura brasileira é destruidora do meio ambiente. Isso é dito para o mundo. Quem vai importar de nós, se nós mesmos estamos desprestigiando nossos produtos? Vá um produtor americano, vá o Governo americano ter a ousadia de dizer que o produto americano é ruim! Nós, companheiros, estamos estragando o nosso próprio negócio. Essa é a realidade.



Essa é minha intervenção. Não sei se contribuí com alguma coisa, mas eu acho que temos de mudar o enfoque e respeitar o produtor. É preciso também tirar a questão ideológica, a questão político-eleitoral de um assunto que deveria ser simplesmente técnico. Isso é fundamental. Fora disso, não vejo solução, vamos continuar eternamente dessa maneira. Colocaram-me até na Subcomissão de Endividamento. Onde estão os responsáveis por isso? Sumiram daqui. Temos de sair disso e partir para um projeto virtuoso, em que o produtor consiga ganhar dinheiro, consiga segurar o filho no campo, consiga colocar o filho para estudar Agronomia, em vez de Direito, para se defender. Acho que, por esse caminho, vamos chegar a um resultado melhor.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Muito obrigado, Deputado Paulo Cesar Quartiero.

Informo a Paulo Poleze que já foi instalada a Subcomissão de Endividamento. A próxima reunião vai ser no dia 28 agora. Possivelmente vai receber o convite. Vamos debater aqui esse assunto caloroso.

Cristina, do Banco da Amazônia, tem de sair. Vou dar-lhe 2 minutos, para que possa fazer o agradecimento e se despedir.

Agradeço sua presença. Leve a nossa mensagem para toda a equipe do Banco da Amazônia.

**A SRA. CRISTINA FERREIRA ALVES LOPES** - O Banco da Amazônia agradece a oportunidade de estar aqui aprendendo também e dividindo o que fazemos.

Concordo com o senhor, Deputado, é muito difícil trabalhar na Amazônia. Temos outro custo lá, que é o chamado Custo Amazônia. O custo de deslocamento, o custo do escoamento da produção é muito mais alto do que em qualquer outra região, porque lá temos de trabalhar com barcos, os chamados "popopós". É muito difícil. E é também muito difícil manter esse pessoal no campo sem que haja as condições adequadas para isso. Procuramos fazer o que está ao nosso alcance, mas são necessárias muitas políticas públicas lá, para essa agricultura poder despontar.



Na questão ambiental, nem falei da agricultura empresarial do banco. Temos também uma aplicação significativa, mas ela tem sido travada muito fortemente pela questão ambiental, pelo licenciamento ambiental, de que o senhor falou. É difícil, o produtor demora 2 ou 3 anos para receber uma licença ambiental. Realmente muito difícil. Essa questão 80-20 é forte, muito forte na Região Amazônica. Eu acho que é a única região que é penalizada com isso. Os outros colegas dizem que o povo cobra produção, mas a produção vem de onde? Diz-se que, nessa produção, estamos devastando as florestas e tal. Então, isso é muito complicado. Mas o Banco procura fazer tudo o que está ao seu alcance e trava nessas questões. Procuramos fazer o melhor possível.

Essa articulação com os parceiros de que falei tem sido fundamental, porque só assim conseguimos destravar algumas coisas.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui e me coloco à disposição. Deixei todos os meus telefones, os meus contatos. Fico realmente à disposição. Infelizmente preciso pegar um voo daqui a pouco.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Muito obrigado, Cristina.

Passo imediatamente a palavra ao Deputado Domingos Sávio, de Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, meu prezado amigo Deputado Zé Silva, quero cumprimentá-lo, assim como todos os colegas e, de modo especial, os nossos convidados que aqui vieram, tanto os dos órgãos do Executivo Federal quanto os das instituições. Permitam-me cumprimentar, na pessoa do Presidente da OCB, meu prezado amigo Márcio, todos os representantes das diversas entidades.

Tive de ir rapidamente ao plenário, e voltei. Fiz anotações enquanto ouvia as manifestações de Wilson Vaz, que já teve de sair, de vários companheiros, do colega Carlos, da CONAB, onde tive o privilégio de atuar e aprender um pouco, principalmente de admirar essa empresa extremamente importante para o País. Fiz algumas observações, algumas anotações, o que me dá tranquilidade para oferecer o meu testemunho. Mas ficou parecendo que eu havia preparado a fala dos nossos



colegas Deputados Homero, Luis Carlos, Paulo Cesar. Disseram o que eu havia anotado aqui, estão batendo na mesma tecla que eu.

É inaceitável que se discuta plano safra, é inaceitável que analisemos a produção de milhões e milhões de toneladas, o envolvimento de bilhões e bilhões de reais, o endividamento que vai crescendo com esse financiamento e que passa a virar uma dor de cabeça, sem que discutamos custo de produção e a forma como o Governo trata o custo de produção e a realidade de mercado.

Alguém pode dizer que vivemos numa economia de mercado e, portanto, isso não vem ao caso. Ora, então não precisamos de governo. É isso? Não existe governo? Não existe responsabilidade com o produtor, com quem produz alimentos? Não pode ser assim.

Eu quero dizer de maneira muito clara que temos absoluta consciência da importância da agricultura familiar — venho da agricultura familiar, sou filho de microagricultor —, e é um atentado contra o microagricultor, é um desrespeito, é uma extorsão política em cima dele querer criar uma divisão no Brasil, estabelecendo que, de um lado, há microagricultor ou economia familiar e, de outro, há um negócio, um empreendimento agrícola. Algumas figuras absurdas querem rotular isso, criar quase que uma guerra fratricida, uma guerra de classe dentro de um país que é de todos nós. Isso é um desrespeito com o Brasil, é falta de sentimento de nacionalidade.

Usam estruturas que são mantidas por meio da arrecadação de recursos dos próprios trabalhadores para fazer uma divisão que, no final, gera o empobrecimento da agricultura no Brasil. Por que gera esse empobrecimento? Por acaso essa agricultura familiar, da qual sou originário, não sofre com esse aviltante preço do leite, tanto quanto aquele que luta para crescer, luta muito, que vem da mesma agricultura familiar? Lutou, lutou e conseguiu tirar 500 litrinhos de leite. Ele já tem meia dúzia de empregados trabalhando com ele, virou um empresário do agronegócio, um adversário da agricultura familiar.

Carlos, aproveito a menção a esse leite para usar como referência para discutirmos custo. Na planilha que mostrou, pela CONAB, citou o preço do leite, safra 2010-1011: 54 a 58 centavos. Eu anotei rápido, porque não podia anotar todos os produtos. Isso nos alerta. Quem consegue produzir 1 litro de leite por 54



centavos? Quem consegue sobreviver, tratar dos filhos, educar, pagar a uma faculdade, ter uma vida digna? Queremos no campo pessoas para receber cesta básica? Pessoas para serem eternamente tratadas como miseráveis? Queremos criar uma casta de sofredores? Não vamos fixar o homem no campo, vamos “crucifixá-lo”?

É claro que não é isso o que o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer. É claro que não é isso o que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura quer. Claro que não! Tenho enorme respeito por todos esses movimentos, mas estão contaminados por linha que nem partidária, trata-se de demagogia partidária, para fazer guerra político-eleitoral, para sustentar determinadas campanhas na hora da eleição sindical. Usam o produtor rural para dizer que ele é um coitadinho e que os outros são todos exploradores. Somos todos sofredores, nós que estamos trabalhando no campo. Produzir 1 litro de leite para vender a 54 centavos?

Alceu e Celso comentavam que o Brasil já importou, nos primeiros 5 meses do ano, 226 milhões de dólares em produtos lácteos. São dados atualizados. Nos primeiros 5 meses do ano, nós já importamos o equivalente a 226 milhões de dólares! E exportamos o equivalente a míseros 37 milhões de dólares.

O Brasil vira importador de leite diante da primeira dificuldade que haja na organização do mercado interno. A CONAB mostrava, na planilha, 1 litro de leite por 54 centavos, mas não mostrava nenhuma política de estocagem de leite, porque não existe. Não existe política de estocagem, de regulagem de estoque. Não existe. Por que os outros países têm e depois jogam produto a preço de banana aqui dentro, inclusive para poder fazer equilíbrio interno de seus mercados, e nós não temos? Como podemos discutir plano de safra, fazendo apenas propaganda de que o Brasil vai colher 170 milhões de toneladas — que maravilha! —, vai emprestar tantos bilhões de reais? Não temos o planejamento de custo dessa safra.

Quem fez o planejamento? Aproveito a oportunidade para apresentar ao Álvaro uma pergunta. Qual é o trabalho que existe no Ministério da Agricultura para que se diga que, na safra 2011-2012, o Brasil vai gastar tantas mil toneladas, tantos milhões de toneladas de adubo, de insumos, de defensivos; que o mercado é esse; que nós estamos preparados para fornecer ao produtor esses insumos, ter o



controle de custo, para que ele não suba mais do que se espera, e fazer crescer a renda do produtor?

Em todos os anos comprei adubo com preço muito maior do que a inflação, muito maior do que o do meu produto. Eu produzo café e tenho também uma pequena produção pecuária. Eu sei por vivência própria. Agora, é claro que estou aqui para pensar no Brasil inteiro. Eu vim para cá com essa missão, para me somar a outros companheiros, brilhantes como o Deputado Luis Carlos. Eu acho que é isso que me alenta, que me dá esperança. Temos de reagir. Não dá para a Comissão de Agricultura discutir plano de safra dizendo que aumentou a linha de crédito. Aumentou para aumentar o número de endividados, para depois virmos com o pires na mão pedir renegociação? Por quê? Por que somos mal pagadores? Não. *“Mas o juro é muito barato.”* Alguém pega dinheiro emprestado e vai produzir algo que dá prejuízo? Vai produzir 1 litro de leite, que custa 70 centavos, e vendê-lo por 54? Vai dar conta de pagar o financiamento?

Isso não tem lógica. Não há controle de custo no Brasil. Qual é o planejamento dos custos de insumo, a garantia de que o produtor terá acesso? Qual é o planejamento para que o produtor tenha acesso a óleo *diesel*, a energia elétrica e para que esses custos sejam compatíveis? E os impostos? Quando se soma carga tributária e oligopólio, acabou o controle sobre o adubo. O adubo está preso a esses dois fatores. E não só o adubo. O imposto no Brasil — isso foi lembrado aqui — é assustador na agricultura, mais do que em qualquer outro país com o qual competimos. Nós temos que discutir, portanto, o nosso custo de produção.

No que se refere a linha de crédito, especialmente nos meses de setembro, outubro e novembro, nesse período do segundo semestre do ano passado, acompanhei a liberação de recursos do RECOOP para cooperativas em Minas Gerais. O BDMG ficou 6 meses lutando, analisando as cooperativas, fazendo um esforço. Depois que estava tudo pronto, disse simplesmente o seguinte: *“O BNDES fechou a linha de crédito”*. Todo dia anunciam que há um monte de dinheiro. Quero até perguntar: está fechado ainda? Por que fecha de uma hora para outra, sendo que estávamos em um momento de recuperação da economia, com o Governo incentivando financiamento, e falta dinheiro para as cooperativas? Fechou a linha de financiamento do BNDES para o PRODECOOP. Simplesmente fechou, sem



nenhuma outra explicação. “Não, o BNDES fechou.” No segundo semestre do ano passado. Fechou. A informação é do BDMG e foi passada a todas as cooperativas.

Então, não há um programa sério. Não existe no Brasil plano de safra sério, que contemple custo, disponibilidade de insumos a custos compatíveis, linha de financiamento com uma programação, garantindo que vai ser liberado mesmo. Fecha-se de uma hora para outra. O fechamento para a cooperativa arrebenta com a agricultura familiar e arrebenta com os demais produtores, que insisto em não separar — fraticidas começam a disputar um espaço.

Nós temos os mesmos problemas: custo, imposto que está embutido na energia, no óleo *diesel*, no adubo. Isso afeta todo o mundo. A importação desse leite que está chegando arrebenta todo o mundo. E nós vamos ficar brigando uns com os outros, para fazer a alegria de determinados partidos. Chega disso! Produtor rural não tem que ter bandeira partidária. Já temos muitos motivos para disputar eleição. Para disputar a política agrícola, nós temos que ter o mesmo compromisso com os produtores.

Eu concludo, Sr. Presidente, deixando também uma indagação relativa ao seguro — infelizmente o Wilson já foi. Oportunidades eu tive para acompanhar a questão do seguro. Embora eu defenda que é importante a política de subsídio, acho que, em uma série de coisas, falta mais transparência para termos plano de safra. O Governo colocou, parece-me, mais de 150 bilhões de reais em subsídios dentro do seguro. Como é que foi o pagamento do sinistro? Quanto ao valor dos prêmios, sei que houve uma contribuição que passou de 30% de subsídio do Governo. Como é que o Governo tem analisado isso? Quem está ficando com esse dinheiro? Será que, mais uma vez, são os bancos? Será que os bancos arrecadam, mais uma vez, 300 milhões, 400 milhões, meio bilhão de reais, e depois, na hora de pagar o sinistro, é uma novela, o dinheiro não volta para o bolso do produtor?

Foi lembrada aqui, em outro debate, a questão da política da CONAB. Aproveito a oportunidade para pedir à CONAB, para a nossa Comissão, relatórios dando conta do trabalho bonito que faz. Nós precisamos ter mais clareza de que essa regulamentação de estoque beneficia o pequeno mesmo.

Eu estava no norte de Minas, em Salinas, sexta-feira agora, escutando criadores de suínos, criadores de frangos. Precisam comprar milho. No norte de





Minas, a oferta é baixíssima, equipara-se inclusive à de algumas áreas do Nordeste. Estão inscritos no programa da CONAB. Quando chega a Montes Claros, chega um caminhãozinho de milho, e acabou. E, de vez em quando, chega com o preço mais alto que o do mercado. Não se consegue entender. Quando o preço da CONAB não está muito interessante, parece que sobra um pouquinho para lá. Quando está muito interessante — eles me disseram, eu não acredito —, grandes oligopólios compram, ficam com o benefício numa ponta e noutra. Se está acontecendo isso, nós temos que apresentar de maneira clara essa questão.

Há política de regulação, há dinheiro público colocado dentro da CONAB para adquirir o milho, e, na hora da venda, os leilões são feitos de tal maneira que não chega à ponta? Nós precisamos aprofundar a análise desse tema.

Plano de safra tem de levar em conta custo. Se o produtor não tiver renda, se o produtor tiver prejuízo, não vai haver financiamento que salve a agricultura brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Há mais três Deputados inscritos.

Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Presidente Zé Silva, nosso proponente, esta audiência pública em relação ao Plano Safra tem como tema de afinidade a extensão rural e o efetivo acesso à assistência técnica no campo. Está aqui hoje presente o representante da ASBRAER. Eu não acompanhei todas as apresentações dos representantes das instituições de crédito e do representante do Governo. Acho que nós temos de fazer uma avaliação sobre o Plano Safra e trabalhar em cima da potencialização dessa safra.

O Governo lançou recentemente o plano safra do Ministério da Agricultura, com a presença do Ministro Wagner Rossi, em Ribeirão Preto, agora na sexta-feira. Estamos debatendo sobre ele.

Está aqui também o nosso representante da secretaria de política agrícola do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Muller. A indicação é de que, na virada do mês, ocorra também a apresentação do plano safra para a agricultura familiar.



A grande política e as macropolíticas, pelas cadeias produtivas, são estabelecidas por intermédio do Ministério da Agricultura. As políticas de atuação e de suporte acabam tendo as suas diferenciações e naturalmente os seus critérios de prioridade por parte de quem dita as políticas.

O que preocupa — sabe-se que é importante — é que não podemos apresentar um plano safra pautado apenas em crédito. Espero colaborar. A nossa Comissão de Agricultura, esta audiência pública, nós, pelas próprias manifestações dos colegas Parlamentares, temos que buscar a complementação e colaborar para o estabelecimento das políticas necessárias para as cadeias produtivas agrícolas, inclusive no seu sentido inovador, no seu sentido regional, regionalizado, que é diferenciado, até para produzir a mesma espécie, a mesma cultura. É diferenciado. Nós temos custos diferenciados.

Tive a oportunidade de ser, durante 4 anos, assessor do Ministro Pratini de Moraes, estive na EMATER do Estado do Rio Grande do Sul como diretor, tenho formação de engenheiro agrônomo, sou um produtor. Essencialmente, já fui produtor só de arroz. Sou autor do requerimento da audiência pública a ser realizada na próxima terça-feira, para debater a dificuldade por que passa a cadeia produtiva.

Perguntava ao representante da CONTAG, Poleze, se teria um diagnóstico mais específico da situação dos pequenos. Também acho que não podemos fazer um debate em que o agricultor, após ouvir algumas manifestações, dê um tiro na cabeça, acreditando que está tudo ruim. Não estamos falando em coisas boas do Plano Safra. A política de juros, por exemplo, é uma política boa. Nós avançamos na política de juros. Os juros hoje são acessíveis. São juros compatíveis com uma política agrícola que propicie capacidade competitiva. Se não temos os menores custos, lembro que precisamos das reformas necessárias para baixarmos a carga tributária, a tributação dos alimentos da cesta básica. É algo absurdo! Podemos fazer um debate somente a respeito desse aspecto.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer uma reflexão. O crédito é importante. Então, temos de aproveitá-lo para também estipular por meio do Plano Safra uma política de diversificação, de não financiamento de monocultura, de monoatividade, que é o que geralmente leva à falência o agricultor e a família dele.



Considero isso quando há problemas de ordem conjuntural, de ordem de mercado dentro de um segmento. Enfim, há várias situações.

É necessário que haja uma agricultura absolutamente competitiva. Está aqui o nosso presidente da confederação brasileira do cooperativismo, da nossa organização, a OCB. Também lamentamos, não entendemos por que diminuíram o crédito para as cooperativas. Não pode ser diminuído. Temos que buscar, num curto espaço de tempo, a equiparação, até porque cresce a condição associativa.

Aliás, tenho dito que o pequeno só tem um caminho: ser grande. Para o pequeno se tornar grande, tem que ir para uma economia de escala, tem que se associar, tem que atuar, se possível, dentro do sistema cooperativo. Esse é o sistema que temos de estimular.

Se é uma política estratégica, uma política que dá capacidade competitiva, onde o pequeno agricultor pode tornar-se um exportador, isso é possível. É possível, e se faz isso. Basta estabelecer parcerias, optar pelo associativismo, até pela integração dentro de uma cadeia, dentro do sistema cooperativo. Enfim, não vamos fechar um modelo, mas não podemos limitar. No momento em que se expande crédito — quero fazer este registro —, não se pode reduzir créditos ao sistema associativo e cooperativo do Brasil. Então, tem que se refazer.

Não estavam tomando esse recurso? Não estava sobrando? Se estivesse sobrando, tudo bem. Então, acho que é algo bem possível. Eu não estou fazendo a crítica pela crítica. É muito fácil criticar. Nós estamos tentando colaborar no sentido de que tenhamos uma política agrícola com que efetivamente, quanto aos instrumentos de crédito e de comercialização, por exemplo, possamos avançar de fato.

Vamos debater a política do arroz — vou citar mais um exemplo. Não podemos seguir dando o mesmo financiamento e aumentando ainda mais. Não podemos. Temos que estabelecer algumas referências, um estímulo ao agricultor para que diversifique. Seria dito o seguinte: *“Eu lhe dou financiamento para o arroz, mas nesta safra você faz uma redução estratégica de 20%.* Tem que se dizer isso, temos que fazer esse debate com base nas cadeias produtivas, nas necessidades e nas conjunturas. É preciso ter essa maturidade, sem ser pretensioso. Essa análise se mostra absolutamente necessária.



Sei que o nosso Presidente está preocupado com o tempo, mas os outros falaram bastante. Eu aguardei. Não quero, de maneira nenhuma, ultrapassar o nosso tempo, mas quero dizer que temos de enxergar o Plano Safra por um aspecto bom, que é o dos juros acessíveis. Isso vale também para o que vai ser lançado para a agricultura familiar, com alguns rebates que são fundamentais.

Quanto à pecuária, eu queria dizer algo importante. Nós estamos trabalhando agora com o novo Código Florestal, cuja votação ainda vai ser finalizada, quando a matéria voltar do Senado — uma hora vai ter de ser finalizada. Onde vão estar os ganhos em agricultura? Não há mais base de expansão de área horizontal agrícola no País. Nós temos que ter ganhos qualitativos e ganhos quantitativos, com tecnologia, com irrigação.

Nós somos o Relator da nova Política Nacional de Irrigação, que deve ser apresentada nos próximos dias ao Plenário, para usar os instrumentos. Eu acho que podemos, quem sabe, fazer uma colaboração maior com os nossos Líderes de Governo. Quem faz oposição faria uma oposição crítica, sugestiva e construtiva; quem apoia daria um apoio verdadeiro. Assim o Governo, ao lançar plano safra, poderia ir além.

No caso da pecuária, esse crédito de manutenção das matrizes que está associado à preservação ambiental é muito importante. No caso das áreas de desenvolvimento com esse viés, para se chegar a um produto mais adequado, são políticas que estão sendo pensadas, mas têm que chegar o mais rápido possível a esse novo planejamento, neste novo momento em que vivemos no Brasil e em que vive a agricultura brasileira.

Eu estive com o próprio Ministro, com a equipe, com o Secretário de Política Agrícola. Em relação à fruticultura, conseguimos alguns avanços, mas temos condições de inserir uma política mais efetiva num componente de mercado extraordinário que temos e que muitas vezes atende muito o pequeno agricultor numa cadeia produtiva, por meio de associativismo, de atividade cooperada ou integrada, talvez até se criando os consórcios de exportação.

Nosso tempo está limitado, mas faço questão de marcar posição e dizer que há aspectos importantes sim nesse plano safra em relação ao seguro, ao prêmio. Na



própria fruticultura, é de 40% a 60%. Alcança 30 culturas. Há 4 anos, há 3 anos, há 2 anos, não tínhamos políticas públicas para esse segmento.

Os instrumentos de crédito, os instrumentos de política agrícola bem pautada podem e devem dar um direcionamento que efetivamente alavanque essa capacidade competitiva de que a agricultura brasileira precisa e da qual o agricultor necessita para ter as condições de permanecer produzindo, ampliando sua renda e dando sustentação econômica, sustentação na questão inflacionária, excedentes de exportação, segurança alimentar, e agora responsabilidade ambiental. Então, nós temos, conseqüentemente, que valorizar os agricultores brasileiros. Por isso, ao finalizar, quis fazer este registro, com o consentimento do Sr. Presidente para me estender um pouquinho.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Obrigado ao Deputado Afonso Hamm.

Há dois últimos inscritos. Vou deixar o nosso generoso Celso encerrar. Pode ser, não é, Celso? E vamos ouvir Elvino. É para encerrar com chave de ouro, ouviu?

**O SR. DEPUTADO BOHN GASS** - Bom, eu quero até pedir desculpas. Eu tive de me ausentar, porque fui com as cooperativas da eletrificação rural debater o tema da regulação, da parte de que inclusive vai o debate amanhã na audiência da ANEEL, aqui, sobre esse tema, porque tem de haver uma política específica para as cooperativas, na área da energia rural.

E eu quero começar saudando o nosso colega Deputado Zé Silva, que nos está coordenando, os colegas Deputados, as representações aqui dos movimentos sociais, das entidades que lidam com esse tema, dos nossos Ministérios, principalmente do MAPA e do MDA, que estão trabalhando o tema que é pauta hoje, o Plano Safra. Mas acho que a reflexão que nós precisamos fazer, e eu gosto de fazer este debate, é esta: quando a gente fala nas cooperativas, por exemplo, que precisam de uma política específica, nenhum dos Deputados discorda de que temos de ter a microempresa, e a pequena e microempresa têm de ter atendimento especial em relação à grande empresa. Alguém da sociedade é contra isso? Ninguém é. Por quê? Porque a microempresa precisa de juros diferentes. A grande empresa tem condição de construir uma consultoria, ter estruturas específicas,



diferente da microempresa. Todos concordam. Só que quando vamos para a agricultura discordam. Na agricultura, o agricultor familiar, conforme o conceito de alguns Deputados que ouvi hoje à tarde aqui, tem de ser tratado como o grande proprietário. É a mesma posição para a cidade, ou para uma empresa. A pequena e a microempresa devem ter o mesmo tratamento, então, de uma grande empresa? Ora, são situações diferentes. O agricultor familiar, que predomina em número, em quantidade de geração de emprego, em quantidade de unidades, em quantidade produtiva, em desenvolvimento de nossos Municípios, precisa de um atendimento especial.

E felizmente — felizmente! — o Governo do Presidente Lula, e agora da Presidenta Dilma, ao apresentar um Plano Safra que estende também à agricultura patronal, elevou os recursos. Diminuem os juros. Onde é que nós vimos isso em outros momentos no Brasil? Eu ouvi vários colegas Deputados aqui hoje à tarde, e são os mesmos Deputados que defendiam que o Governo não tinha de intervir na economia. Essa é a grande contradição (*risos*), porque para o Governo deles as regras eram para ficar liberado o mercado, a tal ponto que o mercado ia resolver o problema da ATER, por exemplo. Os governos neoliberais destruíram a EMATER. Não havia mais dinheiro para a assistência técnica. Quem apresentou foi esse povo aí, Laudemir. E quero parabenizá-lo pelo MDA, pelo MAPA, fundamentalmente pelas políticas públicas que fizemos com Miguel Rossetto, com Guilherme Cassel, agora com Afonso Florence, senão não haveria assistência técnica. Por quê? Porque o conceito de Estado que estava sendo defendido era para quem tinha dinheiro. Quem tinha dinheiro contratava; quem não tinha estava fora. Está fora!

Então, esse é o debate real que nós temos de fazer aqui, e essa é certamente a grande contradição, porque muitas vezes aqueles que defendiam os Governos que não tinham que intervir na economia agora estão querendo tudo do Governo, tudo do Governo, tudo, absolutamente tudo! Então, tem de haver seriedade quando a gente faz este debate.

E eu que defendo, então, uma presença do Estado na economia, eu que defendo política diferenciada, digo que está correto o Governo ao reduzir os juros, ao ter um PRONAF, ao ter um crédito diferenciado. Está correto o Governo, e ouvi muitos elogios quando o Governo fez uma política para entrarmos na



comercialização. Não tinha este País programa que estimulasse a venda para a merenda escolar, agora tem; não tinha uma lei da agricultura familiar, agora tem; não tinha, porque foi abandonado, foi sucateado, o sistema da ATER, agora tem uma nova Lei de ATER. E eu sei muito bem, meu querido Deputado, da presença sua nesse tema, e de como foi importante — não é, Zoé? — a presença da sociedade civil cobrando essa política.

O quanto foi importante o Mais Alimentos? O quanto foi importante o Mais Alimentos? E é aí que está o segredo da agricultura. Na agricultura, nós precisamos agregar renda para o agricultor, mas a cadeia produtiva é aquecida a partir da produção de alimentos que nós temos, e aí a indústria vende equipamento, e aquece-se um conjunto de produção, na nossa situação. O problema é que nós temos de decidir quem é que ganha com a agricultura. Este é o debate que eu quero fazer aqui, porque o Plano Safra é uma medida elogiosa em que o nosso Governo está trabalhando, junto com os agricultores, em debate com a sociedade, e vai haver novidades; além do que foi anunciado em Ribeirão Preto, será anunciado agora no dia 1º, em Francisco Beltrão, com a questão do PGPM, fundamentalmente a garantia do preço mínimo. Isso é fundamental para vários produtos a que vai alastrar-se essa modalidade.

Agora, quem é que ganha com a agricultura? Ganha a montante e a jusante quem é dono da indústria de sementes, quem é dono da indústria de adubos. E eu ouvi tanto Deputado defendendo tecnologia que faz com que agora até o agricultor pague *royalties* sobre a semente, que hoje se perdeu como patrimônio da humanidade. Como patrimônio da humanidade! Praticamente está absorvida por alguns grupos econômicos, que são os mesmos, depois, que vão industrializar, que vão comercializar, que vendem a semente ou que vendem a tecnologia.

Este o debate que eu quero fazer. E concluo, Sr. Presidente. Eu sei que teria muito conteúdo para levantar, meu querido Maldaner. É o debate que nós temos de fazer porque o dinheiro que sai da mão do agricultor e vai para essas indústrias, para essas empresas, é o que falta na renda do nosso agricultor. E é um grande debate que nós precisamos somar, porque nós vamos debater o tema da suinocultura nos próximos dias. O preço do porco caiu, mas não caiu nas prateleiras dos mercados. Nós temos, do ponto de vista do consumidor, se nós pensamos em



agricultura, também um grande debate a fazer com as grandes redes de supermercados, porque é com esses lugares que eles têm verdadeiros projetos, esquemas planejados que fazem com que nós fiquemos vítimas na hora de vender o leite, de vender as carnes, e isso precisa também ser debatido, porque nós não podemos transferir renda que é produzida pela mão do agricultor na agricultura.

Então, eu concluo dizendo que temos muitos desafios pela frente. Nós temos hoje, felizmente, num complexo mercado uma presença de um Estado que garante financiamento, crédito, seguro, transporte. Enfim, nós temos de avançar para que nós possamos continuar melhorando a situação da agricultura, porque sem essa presença do Estado eu não sei em que condições nós estaríamos hoje na agricultura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Deputado.

Vou passar a palavra agora ao último Deputado. Eu sei que o assunto é caloroso, mas nós vamos ter de encerrar, não é?

**O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER** - Eu vou ser bem objetivo. Apenas quero apenas parabenizar Zé Silva. Eu acho que foi importante esta audiência pública, especialmente a participação aqui de todos os Ministérios, das instituições financeiras. Especialmente a presença de Márcio, da OCB, eu acho que é importante. Eu acho que a grande solução, a grande saída é o cooperativismo. Eu acho que estamos preocupados cada vez mais, nós que fomos comerciantes do interior antigamente, não é? Hoje, graças a Deus, é o cooperativismo que tem salvado principalmente a agricultura familiar, e eu acho que é importante.

Eu acho que a Comissão de Agricultura está de parabéns, Zé Silva, pelos debates que estão acontecendo aqui na Casa. Fizemos uma audiência pública agora, há poucos dias, sobre o vinho artesanal, colonial, e nossos imigrantes italianos; nós vamos ter amanhã no Ministério da Agricultura, às 9 horas, uma reunião de trabalho para haver uma legislação diferenciada para esse produto artesanal, para o pequeno agricultor/produtor de vinho; e tivemos uma audiência pública aqui na semana passada sobre a Instrução Normativa nº 51, não é?

É claro que o de Santa Catarina é um caso diferente. De repente, nós queremos que se mantenha — porque vai entrar em vigor agora, dia 1º de julho, a Instrução Normativa nº 51 — a norma de que a contagem de células somáticas é de





100 mil, o padrão internacional, o total de bactérias. Nós, em Santa Catarina, agora, no verão, lá temos produtores com 9 mil, com 14 mil, com 15 mil. É normal. Então, Santa Catarina enquadra-se nisso. É claro que a média nacional de produção de leite de vaca por dia é 4,5 litros. Nós lá estamos falando, em Santa Catarina, em 9 ou 10 litros em média, há Município com 25 litros, em média; quer dizer, é outra realidade, não é?

E vamos importar agora, vamos — ouviu, Márcio? —, dia 2 de julho, quero convidar aqui os colegas, vamos inaugurar a Aurora lá em Pinhalzinho, Santa Catarina; 2,2 milhões de litros de leite/dia, leite com rastreabilidade. É a primeira empresa no Brasil que tem rastreabilidade. Então, seja onde for, vai-se saber de onde saiu o leite, quer dizer...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER** - É. É isso aí. Então, eu acho que é importante debater. Vamos ter aqui, então, uma audiência pública agora, dia 28, sobre a questão do arroz, terça-feira; na quarta-feira, dia 29, vamos ter a audiência pública da suinocultura; amanhã reúnem-se mais de mil suinocultores na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, porque infelizmente há mais uma crise na suinocultura. Então, eu acho que, é claro, temos de discutir renda para os nossos produtores. Eu acho que este País tem muito para dar, mas é importante.

Esta Comissão aqui está muito equilibrada agora, nesta Legislatura. Na Legislatura passada 90% eram mais... chamavam-nos de bancada ruralista. Hoje está equilibrado. Aqui 50% são representantes da agricultura familiar e do agronegócio. Eu acho que temos de defender tudo. Mas está muito bom o debate, e a Comissão de Agricultura vem trabalhando em favor desse que representa tanto para o nosso País, que é o PIB do agronegócio, a agricultura familiar.

Parabéns por esta audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Obrigado ao nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura Celso Maldaner.

Pessoal, agora nós vamos fazer o seguinte: 1 minuto e 30 segundos terão cada um dos convidados para encerrar. Vamos começar por Laudemir, aqui.

**O SR. LAUDEMIR MULLER** - Bom, eu queria agradecer muito as intervenções e o debate que a gente pôde presenciar aqui, agradecer a todos os



Deputados e também a todos os colegas da Mesa, e dizer que nós temos um acordo muito forte, quando aqui vários Parlamentares dizem que o nosso Plano Safra não pode ser só crédito. E o nosso Plano Safra não é só crédito, embora o crédito seja fundamental para toda a agricultura, especialmente para a agricultura familiar. Então, o grande avanço que nós estamos produzindo, a partir de agora, eu diria, é a qualificação do nosso crédito, a qualificação da nossa política, e para isso nós precisamos ter uma política muito forte de ATER.

Eu queria agradecer e dizer que nós temos muito acordo, mas muito acordo mesmo, Deputado Zé Silva, com a importância que tem esse tema, porque nós precisamos avançar na qualificação e na ATER, e está aqui o nosso Diretor, o Diretor Nacional que cuida desse tema de ATER. E eu lembro aqui, Deputado Zé Silva: em 2003 não existia ATER no País. Nós tínhamos lá no Ministério da Agricultura eu acho que três funcionários, três pessoas que cuidavam do assunto, com R\$ 4 milhões, com R\$ 3,8 milhões. Imaginem! E hoje nós estamos aqui na Casa do Povo, no Parlamento brasileiro, com todos esses Deputados, com essa qualidade, colocando foco nesse assunto, colocando nessa qualidade o tema da assistência técnica e da extensão rural. Então, olhem o nosso avanço! Agora, temos de avançar muito mais. Temos de avançar muito mais, mas temos de registrar isto.

E o segundo acordo que nós temos é: o nosso povo precisa de renda para ficar lá no meio rural. Nós não podemos obrigar ninguém a ficar lá no meio rural, mas nós temos de dar condição para quem quer ficar e produzir para alimentar este País para que fique lá, e fique com qualidade. Então, nós precisamos pensar nas cadeias produtivas, pensar no rural, e não só no agrícola, embora hoje a gente esteja falando do Plano Safra, que é essencialmente agrícola; então, nós estamos falando desses instrumentos. Temos de pensar no produtor rural e nas cadeias produtivas, inclusive no leite. Nós temos de pensar não só no CRED, mas nós temos de pensar no acordo com a Argentina, nós temos de pensar na tarifa externa comum, que nós elevamos, nós temos de pensar num monte de coisas em que nós temos de trabalhar, e temos de trabalhar aqui, juntos. Nós temos de pensar na juventude e no cooperativismo, porque é assim que nós vamos conseguir: dando qualidade à nossa política, ao nosso crédito, conseguindo acessar o mercado, organizando a agricultura familiar, tendo renda via comercialização.



Então, eu queria, mais uma vez, Zé Silva, parabenizá-lo, parabenizar esta Casa, esta Comissão, por este muito importante debate que a gente está fazendo aqui. Eu acho que nós, pelo menos eu, como Secretário Nacional de Agricultura Familiar, aceito este desafio de a gente poder não só vir aqui para anunciar o Plano Safra, mas vir aqui para debater os próximos planos safras, para debater o tema do custo, quer foi muito bem comentado aqui, debater o tema seja do arroz, seja outro tema em que o preço para o agricultor mergulha, mas para o consumidor não mergulha, fica o mesmo preço, e a gente vai lá e coloca a política agrícola e compra, e o preço não reage. Quer dizer, onde está o problema? Qual é o problema que nós temos de enfrentar?

Então, nós estamos à disposição. Muito agradecido por ter estado aqui com vocês nesta discussão. E quero dizer que nós estamos sempre à disposição, não só eu mas todo o Ministério, a equipe, Argileu, enfim, todos os nossos diretores. Quero parabenizá-lo e agradecer-lhe. Parabéns pelo debate, Deputado Zé Silva. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Secretário Laudemir.

Passo a palavra agora a Álvaro, do Banco do Brasil.

**O SR. ÁLVARO SCHWERZ TOSETTO** - Bom, gente, quero aproveitar da fala de alguns Deputados algumas questões que foram colocadas, para rapidamente, assim, passar alguns posicionamentos.

A questão de planejamento de custo de insumos é evidente que tem muitos outros desdobramentos nos Ministérios, principalmente no Ministério da Agricultura, mas, no âmbito do Banco, o que é que a gente fez este ano que colabora para favorecer o planejamento do produtor na aquisição de insumos? A gente já disponibilizou recursos desde o mês de março, como pré-custeio, para que o produtor possa, na medida da disposição e da oportunidade que ele tenha, fazer a aquisição de insumos já para a safra 2011/12; então, o Banco do Brasil tinha recurso disponível desde março para que os produtores pudessem fazer a aquisição de insumos e com isso, em muitos casos, conseguir um preço melhor, uma comercialização mais adequada, para reduzir o custo de produção.

E também, com relação a seguro, quero dizer que a gente vem evoluindo ano a ano. Como já foi mencionado aqui várias vezes, o seguro agrícola no País sempre foi uma demanda muito forte da classe produtora, e a gente vem conseguindo



evoluir ano a ano, em termos de melhora de nível de produtividade, de cobertura do seguro, de expansão de novas atividades cobertas pelo seguro agrícola, e também expandindo-o para diversas Unidades da Federação.

E este ano a gente vai ter uma novidade, que vai ser o seguro de faturamento, que é demanda muito antiga da classe produtora, não é? Até então a gente vinha conseguido atender parcialmente, com o seguro agrícola, determinadas situações em que esse risco era muito maior, o risco climático era mais evidente; então, o produtor protege-se com o seguro agrícola, e em outras regiões em que o risco climático não é tão evidente a questão mais importante é o seguro de renda. Nesse caso, a gente tem as opções e mercados futuros. Neste ano, então, a gente vai fazer o lançamento de um produto que vai conjugar as duas coisas e ao mesmo tempo, que é um seguro de faturamento, que nós vamos começar agora, no mês de julho, a oferecer, num primeiro momento para a soja. Acho que é um fato importante, que atende a uma antiga reivindicação da classe produtora.

No mais, quero agradecer a oportunidade deste debate aqui. Sempre o Banco do Brasil está à disposição para colaborar na construção e na articulação com os demais órgãos de Governo para a implantação dessa política pública tão importante, no aspecto do crédito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Tem a palavra o Prof. Luís Sérgio.

**O SR. LUÍS SÉRGIO FARIAS MACHADO** - Bem objetivamente, quero agradecer em nome do Banco do Nordeste o convite e dizer que estamos sempre à disposição para discutir crédito rural ou qualquer assunto ligado à nossa Região.

Só para reforçar, é importante, a gente que está, desde o início do PRONAF, trabalhando e batalhando, como banco, mas com a sensibilidade de um banco de desenvolvimento, ouvir essa discussão da assistência técnica. Eu sou testemunha do trabalho, do resgate que houve no Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação à assistência técnica, e aqui eu queria parabenizar em especial esse mineiro aí, que tem sido, assim, incansável na questão da assistência técnica. Obviamente, a gente precisa expandir, e aí só com o apoio do Deputado Zé Silva e dos demais Deputados desta Casa, porque essa assistência técnica é necessária e urgente. É urgente, porque se não chegar a gente não consegue passar para o próximo patamar, dar o próximo pulo que a gente quer em relação à agricultura familiar.



E aí há duas questões, Laudemir: nós precisamos, e já estamos conversando com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós precisamos discutir também mudança de renda para a classificação do agricultor familiar. Nós tivemos uma vitória agora, passamos o PRONAF B para R\$ 2.500,00-R\$ 7.500,00, mas a renda que está lá não está compatível com o crédito; então, não adianta aumentar o valor do crédito se não houver renda. A nossa proposta já foi apresentada para os senhores: passem a renda para R\$ 10 mil. Não temos de ter medo disso, não; R\$ 10 mil, brutos, em termos de agricultura familiar, em termos de agricultura PRONAF B, não significam muita coisa não; significam 20%, em termos do Nordeste.

E, finalmente, a gente tem de avançar realmente numa política de garantia de renda para a agricultura familiar.

Muito obrigado. É esta a nossa participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Renato, rapidamente, a palavra é sua.

**O SR. RENATO CONCHON POLEZE** - Bom, em nome da CNA, eu agradeço o convite do Deputado Zé Silva, enalteço a participação da CAPADR, e ofereço o nosso contato. A CNA está sempre disposta a participar, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o MAPA, com o Governo, para discutir o plano agrícola e agropecuário, porque a gente sabe que pontualmente existem alguns problemas, mas a gente está trabalhando sempre para resolver esses pontos com que a gente acha que não está de acordo. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Tem a palavra o Presidente Márcio.

**O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS** - Somente quero agradecer, Deputado, a sua iniciativa, agradecer a oportunidade de estar aqui na frente, junto com pessoas tão competentes, e aos Deputados por estarem aqui nos ouvindo, e volto lá para a OCB sonhando, Laudemir, Paulo, que nós vamos chegar em um momento de podermos trabalhar aqui nesta Casa, nesta plenária, um plano estratégico para o meio rural brasileiro como um todo, e os planos de safra serem só complementares nessa estratégia global. Dá para sonhar com isso a partir da iniciativa que vocês tiveram.

Muito obrigado pela oportunidade.



**O SR. PRESIDENTE** (Zé Silva) - Obrigado, Presidente.

Vamos ouvir Poleze, representando a CONTAG.

**O SR. PAULO DE OLIVEIRA POLEZE** - Pronto, quero agradecer, então, esta audiência. Essa história de pensar o Plano Safra dentro de um plano de desenvolvimento é um desafio que nós precisamos perseguir. Eu acho que o caminho é esse. E de forma alguma eu falei contra o Plano Safra, se alguém ouviu isso. Eu acho que nós estamos avançando, acho que essa é a meta. Ainda precisamos melhorar, mas estamos no caminho certo.

Este Governo tem de fato despertado e ajudado a sociedade brasileira a despertar para este novo momento do desenvolvimento. Estamos em uma caminhada ascendente, pensando o Brasil em outros patamares no mundo, e isso só pode deixar-nos felizes. Agora, precisamos ser felizes fazendo esse povo feliz também, senão estamos danados, não é? Precisamos ter o meio rural completo, com os jovens podendo viver com tranquilidade, os mais idosos podendo ser amparados com políticas públicas decentes. E isso eu chamo de política de desenvolvimento, esse contexto que ampara efetivamente, conforme agora a política de habitação rural, tão recente, coisa que nunca houve no meio rural. Agora o Governo tem outras políticas.

É uma pena nós termos um PNAE fantástico e não podermos aproveitar essa oportunidade porque não temos organização, não temos qualificação, não temos rotulagem de produtos, há um monte de coisas que nós não temos. E isso é um meio. Isso é um meio! Por que é que isso é um meio? Porque nós não temos assistência técnica, não temos conhecimento efetivo. Do que precisamos? Precisamos de organização, precisamos de uma OCB forte, precisamos de UNICAFES fortes. A UNICAFES não está aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Zé Silva) - Foi convidada. Foram convidados.

**O SR. PAULO DE OLIVEIRA POLEZE** - Precisamos ampliar cooperativismo. Pronto.

**O SR. PRESIDENTE** (Zé Silva) - Vamos ouvir Carlos Eduardo.

**O SR. CARLOS EDUARDO TAVARES** - A CONAB gostaria de agradecer a participação, e eu gostaria de fazer uma última observação sobre o que se disse sobre o preço do leite. Nós fizemos um estudo de leite no Rio Grande do Sul, onde o



produtor, o pequeno produtor chegava a obter R\$ 0,46 por litro e o grande chegava a obter R\$ 0,68 por litro. Quer dizer, era a diferença que existia de um grande produtor que tinha escala de fornecimento e o que não tinha escala de fornecimento.

Outra observação que eu queria fazer é esta: muitas vezes dizem que nós temos uma grande produção de milho no País, como nós tivemos no ano passado, mas chegava ao Nordeste o milho mais barato do que a nossa produção no Sul e no Centro-Oeste, em função dos custos de transporte. Quer dizer, era mais barato trazer de fora do que deslocar a nossa produção para suprir o mercado do Nordeste.

E finalmente eu queria fazer uma observação sobre o que aconteceu no ano passado e voltamos a ver este ano: a falta de armazéns no País. Se nós tivéssemos este ano armazéns, nós teríamos recolhido do mercado 2 milhões de toneladas de arroz, e aposto que nós teríamos conseguido fazer com que o preço valorasse. Como também, se nós tivéssemos armazéns, nós teríamos segurado os 10 milhões de toneladas de milho que nós exportamos no ano passado, com subsídio governamental, e teríamos hoje um milho mais barato, o que resultaria num frango mais barato. Quer dizer, a falta de infraestrutura no País ainda é um problema, um fator de perda de competitividade da agricultura, o que eu acho que deve ser analisado por esta Comissão.

Muito obrigado. A CONAB está às ordens para o apoio que for necessário à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Zé Silva) - Eu quero, para encerrar esta audiência, quero pedir 3 minutos agora, ouviu, Celso? Quero 3 minutos para fazer um registro histórico aqui, ouviu, Carlos Eduardo? Quero pedir 3 minutos aqui. Eu fiquei o tempo todo aqui, ansioso, até, para participar do debate, mas eu, em meu primeiro mandato, quero relembrar um fato histórico, até porque a extensão rural está fazendo parte deste debate, Márcio, e em 2003 nós éramos 15 presidentes das EMATERs, estivemos aqui nesta Casa, Bohn Gass, e só fomos recebidos por um Parlamentar. Então, os senhores imaginem o tamanho da nossa alegria, hoje, com os 5.400 escritórios no Brasil de extensionistas, que nos estão acompanhando pela Internet aqui, as mensagens chegando toda hora, a extensão fazendo parte do debate nacional, e principalmente com um extensionista aqui. Então, eu queria, de



uma maneira até bem calorosa, e amorosa mesmo, fazer este registro, aqui, deste momento especial.

Procurei registrar, não vou cansá-los aqui, e registrei 15 pontos que eu acho que são fundamentais e depois eu vou procurar passar aqui à Comissão, e queria, Celso, agradecer-lhe seu gesto carinhoso também, de me dar a oportunidade de presidir esta sessão, esta audiência pública. São pontos que eu acho que nós não podemos reunir-nos só no ano que vem, precisamos discutir antes, também, para o próximo Plano Safra. Então, eu não vou repetir todos aqui, mas há alguns que são mais marcantes.

O que ficou claro aqui é a questão de termos um planejamento estratégico da agricultura brasileira, do agronegócio, da agricultura familiar. E registro também que eu acho que é muito preocupante, Poleze, e queria pedir-lhe aqui o seguinte: não é que nós não temos assistência técnica e extensão rural; nós temos, mas ela tem de ser muito melhor. Hoje nós temos 16.500 extensionistas, mas no ano de 2003, meu querido Celso Maldaner, nós tínhamos 10 mil. Aumentamos 65%. O recurso era de R\$ 3,8 milhões, e no ano passado foram R\$ 620 milhões; este ano serão quase R\$ 500 milhões. Então, eu acho que nós brasileiros... Eu cheguei há 2 semanas, tive a honra de representar esta Casa aqui na Frente Parlamentar da América Latina e Caribe sem Fome. O Brasil hoje é visto pelo mundo inteiro. Então, é claro que nós estamos aqui num debate, todo o mundo, mas se nós não valorizarmos o que é nosso também, vai parecer que nós não temos nada, e nós temos, sim! Nós avançamos muito, mas muito mesmo. A América, o mundo inteiro está vendo o Brasil, saibam, com muito boas perspectivas, mas, é claro, sempre nós podemos ser muito melhores.

Então, além desse planejamento, eu queria aqui registrar que eu acho, Laudemir, que cabe levar esta nossa mensagem; vocês que representam o Governo aqui talvez vocês não possam dizer algumas coisas, mas nós podemos: não dá mais para esperar por um órgão, uma entidade que possa centralizar, não no sentido de ser antidemocrático, mas centralizar para otimizar a aplicação dos recursos para a extensão rural de assistência técnica. Nós temos recursos em vários Ministérios. Então, nós precisamos disso. Aqui, eu acho que a Comissão de Agricultura, como





disse Celso, equilibra-se um pouco melhor, e nós estamos prontos, dispostos, nesta Casa.

Fiquei feliz, Márcio. Obrigado. Eu sei que todos aqui estão dispostos. A OCB tem uma força muito grande, a CONTAG tem, a CNA, a CONAB, as organizações dos agricultores. Nós precisamos e queremos discutir urgentemente essa questão. Ficamos aqui os três Parlamentares, Bohn Gass, Celso Maldaner e eu, e colocamo-nos aqui à disposição para que tramite dentro do Congresso, da Câmara Federal, o de que o Governo precisar para criarmos rapidamente e otimizarmos essa aplicação dos recursos.

E um outro ponto, que eu diria que é muito forte também, e que todos discutiram aqui, e eu não quero nem polemizar, eu quero só registrar: nós temos de destravar o INCRA. Nós temos de destravar o INCRA. O INCRA precisa ter mais capacidade operativa. Eu não sei se é falta de funcionário, se é falta de ferramenta de gestão, mas eu quero colocar-me aqui como parceiro. Não venho fazer uma crítica, mas registrar que precisamos melhorar, e nós queremos estar juntos, fazendo parte dessa melhora.

E para encerrar, alguém disse, eu acho que foi Poleze... Não, foi Luís Sérgio que disse que precisamos de um enquadramento dos agricultores, mas realmente houve um avanço em relação aos médios produtores rurais e agricultores. Nós apresentamos aqui um projeto de Lei, Laudemir, que passa de quatro para seis módulos, mudando a Lei de Agricultura Familiar, e queríamos de discutir esse projeto de lei, sabe, Argileu?

E para encerrar eu queria aqui, em 1 minuto — eu já vou fazer o encerramento —, ouvir o Manoel, que representa aqui os extensionistas, e depois o Argileu, que é o nosso padroeiro desse avanço aí da extensão rural, e aí encerraremos definitivamente.

Manoel tem 1 minuto.

**O SR. MANOEL FARIA DUQUE FILHO** - Meu nome é Manoel, eu trabalho na EMATER do noroeste de Minas Gerais, e eu estou aqui hoje sentindo-me como o cara mais feliz do mundo, porque eu tenho 34 anos de empresa e ora nenhuma me chamaram para discutir, para conversar, para ouvir Deputados etc.



Eu queria parabenizar esse grande mestre que eu tive, apesar de ter sido professor dele, mas eu acho que melhor o professor, muito melhor o aluno, quando o professor é bom, e essa dedicação do Zé cada vez me encanta mais, sempre mais.

Mas eu ouvi aqui que existem propostas: alimento, renda, meio ambiente, emprego... O que está faltando é planejamento, é organização. O que está faltando é a formação de uma rede desse agronegócio com a agricultura familiar, que também não deixa de ser um agronegócio, evidentemente. O objetivo principal é a qualidade de vida nossa. Nós estamos aqui de passagem. Nós estamos aqui, como disse Cora Coralina, aprendendo cada vez mais. Tivemos muitos conhecimentos, eu sou agrônomo desde 1976, aprendi muito com os acadêmicos, com os livros, com os professores, mas nós estamos aprendendo cada dia mais com os humildes, e os produtores rurais que aqui estão, que aqui formam esta força rural, esses produtores rurais são de origem rural, são humildes, e para tal... Cora Coralina disse isto: que como humildes nós temos sabedoria, e essa sabedoria a cada dia que passa nós vamos aprendendo com ela.

Hoje eu estou aqui encantado, por ser mineiro, por estar aqui ao lado desse grande líder lá de Minas Gerais, que transformou a nossa empresa, e com um outro aqui na minha frente, que é Argileu Martins, que também revolucionou a nossa Minas Gerais na questão da assistência técnica, na questão da extensão rural. Eu digo, com muito orgulho, que estou aqui representando o noroeste de Minas, que é o celeiro agrícola de Minas Gerais. Hoje o noroeste de Minas é o celeiro agrícola de Minas Gerais, que é um Estado pujante, um Estado extremamente importante para o Brasil.

E eu quero fazer aqui alguns comentários também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Manoel, você está gostando de falar. *(Risos.)*

**O SR. MANOEL FARIA DUQUE FILHO** - É que aqui dentro está a força rural, e no ano de 2050 vamos ter 9,3 bilhões de habitantes. É muita gente, apesar de estarmos crescendo menos do que no ano de 1950, quando só éramos 2,5 bilhões. E o Brasil, na área agricultável do Brasil, juntamente com a dos Estados Unidos e com da Rússia, ainda há muita terra para nós sentarmos, discutirmos,



conversarmos, trocarmos ideias sobre o que fazer com esse solo rico, o que fazer com essa água rica, o que fazer com essas florestas. E nós extensionistas, que somos médicos das plantas, médicos dos animais, no passado tivemos muito valor; hoje, infelizmente... Só agora, de uns anos para cá, houve a fixação do MDA, que na nossa opinião é um grande Ministério, que tem revolucionado a extensão rural, tem revolucionado a agricultura familiar, que é quem coloca a maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros. Olhem, gente, só para vocês terem uma ideia, daqui a 50 anos nós vamos... Em 1950 nós tínhamos 0,52 hectares por habitante; em 100 anos, em 2050, nós vamos ter 0,16 hectares por habitante. Mas isso...

E aí culpam o produtor rural, agora havendo equilíbrio na nossa conversação. Culpam o produtor rural pela questão ambiental, pela questão do endividamento, pela questão do mau pagador, e aí não concordo, não. Eu acho que é o seguinte: que o produtor rural, que trabalha de sol a sol, que trabalha na chuva, que trabalha com a terra, que é lutador, que é guerreiro, esse cara está cheio de esperança ainda lá no campo. E olhem, gente, precisamos formar aqui não 500 e poucos Deputados ligados ao setor rural, não; somos todos nós, que temos de formar uma rede — uma rede! —, porque temos o maior compromisso do mundo: o de alimentar este País.

Era só isso. Um abraço. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Obrigado, Manoel.

Argileu tem 1 minuto menor que o de Manoel.

**O SR. ARGILEU MARTINS DA SILVA** - Bom, boa noite, Srs. Parlamentares, autoridades aqui. Eu gostaria de sistematizar, estou olhando o relógio ali, para gastar justamente 1 minuto, até porque eu preciso, eu estou atrasado também. Primeiro, nós sabemos que política agrícola em qualquer lugar do mundo tem 3 pilares clássicos: conhecimento, investimento e mercado. E queria dizer que é isso que estamos perseguindo desde 2003, porque desses 3 pilares clássicos sobrou pouco no Brasil. Então, sabemos das necessidades, das demandas, mas nós estamos reconstruindo.

E foi dito aqui, por demais, pegando agora o tema do conhecimento, e nesse tema do conhecimento estão a pesquisa e a extensão rural: nós sabemos o esforço que nós estamos fazendo para reconstruir o tema da extensão, para reconstruir a extensão rural brasileira. Luís Sérgio sabe bem disso. O Agroamigo é um dos



programas de microcrédito de maior sucesso do mundo; 83,9% daquele povo está recebendo assistência técnica, depois de um esforço muito grande que nós fizemos. E esse... É claro que não é só esse; o principal é a metodologia que o banco desenvolveu, mas esse é um dos fatores do sucesso preponderante desse programa.

Em segundo lugar, nós precisamos entender que é necessário, em determinados momentos, o Estado ter um pulso forte para fazer as intervenções que tem de fazer. É claro que em todos os lugares do mundo a que nós vamos — e o Secretário Laudemir sabe disso, porque andou o mundo quando era o assessor internacional do Ministério —, o mundo hoje quer ver o que está acontecendo no Brasil. Em todos os lugares nós temos de explicar por que é que nós temos dois Ministérios. Nós sabemos que esse prazo de existência de dois Ministérios talvez não seja tão longo. Ele é meramente didático, e nós sabemos que isso não tem nenhum fundamento ideológico, até porque não foi este Governo do qual eu participo que criou isso, mas ele botou R\$ 1 milhão de famílias de agricultores no sistema de crédito rural, ele proporcionou que 1 milhão de estabelecimentos brasileiros recebesse assistência técnica, e ele já está permitindo que mais de 300 mil agricultores aprendam didaticamente como se relacionar com o mercado. Todos nós — aqui não há nenhuma criança na agricultura mais — sabemos que se essa divisão didática, eu acredito que ela não é política, foi feita justamente para que essas famílias tivessem a possibilidade de acessar política pública e de enxergar o Estado, porque o Estado não os via.

E finalmente, eu quero dizer que concordo com tudo que foi dito a respeito da assistência técnica, até porque sou eu que desde 2003 coordeno esse tema nacionalmente. Vim da EMATER de Minas Gerais para fazer esse trabalho. E quero dizer isto: onde há assistência técnica nós estamos indo bem. Onde não há é que temos problemas. E a maioria não tem assistência; de cada quatro agricultores, só um recebe algum tipo de assistência técnica.

Um detalhe: nós precisamos incrementar e ampliar a oferta de assistência técnica no Brasil, porque senão os pilares que eu citei aqui, os pilares clássicos da política agrícola, que são crédito/investimento, conhecimento e mercado, eles ficarão capengas, e aí o tamborete vai cair.



Muito obrigado, e parabéns pela iniciativa de fazer esta audiência, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Zé Silva) - Muito obrigado a todos. Vou encerrar a reunião.

Antes porém, convoco os Srs. Deputados para participarem da reunião deliberativa de amanhã, dia 22 de junho, quarta-feira, às 10 horas, neste plenário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)